

VLI Multimodal S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo
em 31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Índice

<i>Relatório da Administração</i>	3
<i>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras</i>	3
<i>Balço patrimonial</i>	5
<i>Demonstração do resultado</i>	6
<i>Demonstração do resultado abrangente</i>	7
<i>Demonstração da mutação no patrimônio líquido</i>	8
<i>Demonstração dos fluxos de caixa</i>	9
<i>Demonstração do valor adicionado</i>	10
<i>1 - Contexto operacional</i>	11
<i>2 - Base de preparação das demonstrações financeiras</i>	16
<i>3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos</i>	22
<i>4 - Principais políticas contábeis</i>	23
<i>5 - Reapresentação de informações comparativas</i>	36
<i>6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras</i>	38
<i>7 - Contas a receber</i>	39
<i>8 - Estoques</i>	40
<i>9 - Partes relacionadas</i>	40
<i>10 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar</i>	42
<i>11 - Dividendos a receber</i>	43
<i>12 - Despesas pagas antecipadamente</i>	43
<i>13 - Sinistros a recuperar e demais ativos</i>	43
<i>14 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais</i>	44
<i>15 - Investimentos</i>	45
<i>16 - Imobilizado</i>	47
<i>17 - Intangível</i>	49
<i>18 - Fornecedores e Contas a pagar</i>	51
<i>19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures</i>	52
<i>20 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro</i>	55
<i>21 - Obrigações sociais e trabalhistas</i>	56
<i>22 - Arrendamento</i>	57
<i>23 - Dividendos propostos</i>	59
<i>24 - Adiantamentos para futuro aumento de capital</i>	60
<i>25 - Patrimônio líquido</i>	60
<i>26 - Receitas líquida dos serviços prestados</i>	61
<i>27 - Custo dos serviços prestados</i>	62
<i>28 - Receitas (despesas) operacionais</i>	62
<i>29 - Resultado financeiro</i>	64
<i>30 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos</i>	65
<i>31 - Informação por segmento de negócios</i>	67
<i>32 - Benefícios a empregados</i>	67
<i>33 - Instrumentos financeiros</i>	71
<i>34 - Impactos COVID-19</i>	84
<i>35 - Eventos subsequentes</i>	86
<i>Administração e Diretores</i>	87

Relatório da Administração

Mensagem da Diretoria

O ano de 2020 foi marcado pelos efeitos da pandemia de COVID19, que foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em Março de 2020 dada a disseminação global do vírus. No Brasil, os impactos começaram a ser sentidos ainda em Março, com o início da adoção de medidas que promoveram o distanciamento social e evitaram aglomerações em todo o país. Como consequência, a atividade econômica apresentou retração, com o fechamento dos comércios, redução das atividades industriais, queda na renda das famílias e incertezas trazidas por este cenário.

Por outro lado, o ano de 2020 também foi marcado por uma safra 19/20 recorde de 257,8 milhões de toneladas, segundo levantamento divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Com destaque para a soja, que coloca o Brasil no patamar de maior produtor mundial, com uma produção estimada em 124,8 milhões de toneladas, um ganho de 4,3% em relação à safra 18/19.

Em meio a este cenário, trabalhamos incansavelmente para gerar valor para nossos clientes, empregados e para a sociedade. Além disso, fomos eleitos como a mais inovadora empresa de transporte e logística, pelo Prêmio Valor Inovação Brasil 2020, e o 1º lugar na categoria Transporte e Logística das Melhores da Istoé Dinheiro.

Ainda em 2020, iniciamos uma grande jornada de transformação, com o início do programa + Valor VLI. Este programa é uma iniciativa idealizada para desenvolver e capturar a eficiências dos ativos atuais e dos novos com recém entrada em operação. Através de referências internas e externas, o programa tem como foco atuar em diferentes frentes como eficiência operacional, eficiência de custos e eficiência comercial. O programa é parte da transformação cultural da companhia e tem se provado uma excelente ferramenta de engajamento, com entregas formalizadas já em 2020.

Para 2021, demonstramos que estamos prontos para acompanhar o ritmo de crescimento, transformações e agilidade que o mercado exige, fazendo o que fazemos de melhor, sem abrir mão de nossos valores, da segurança, da ética e do nosso propósito de transformar a logística do Brasil.

A Diretoria

1. Síntese do Resultado de 2020

O Brasil e o mundo vêm atravessando uma grave crise de saúde com a pandemia pelo novo coronavírus, que tem gerado impactos sobre a atividade econômica e a sociedade em geral desde o início de 2020. Por meio do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, o Governo Federal estabeleceu que os serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral são um serviço essencial à comunidade. Assim, os serviços prestados pela VLI Multimodal S.A. ("VLI MM") se enquadram nessa categoria.

Desde Março de 2020, a VLI MM adotou diversas medidas relacionadas à COVID-19 e não parou as suas atividades. Apesar da queda da atividade industrial, com destaque para o 3T2020, a Companhia superou os desafios operacionais e comerciais e bateu recordes mensais históricos de volumes transportados.

Apesar do cenário macroeconômico com restrições, a safra recorde 19/20 foi uma boa notícia. Neste sentido, a VLI MM se mostrou preparada para atender os seus clientes e encerrou o ano com um crescimento de 3,8% na sua receita líquida, quando comparamos com 2019.

Principais Indicadores Econômicos e Operacionais					
(em milhões de R\$)	2016	2017	2018	2019	2020
Receita bruta	2.356	2.730	2.744	3.019	3.124
Receita líquida	2.023	2.364	2.390	2.646	2.748
EBITDA	926	1.002	939	1.171	1.155
Resultado do exercício	206	312	279	74	3
Volume ferrovia (milhões de TKU)	18.243	18.097	17.353	18.133	18.318
Volume ferrovia (mil de TU)	27.041	26.735	26.002	25.768	26.641
Volume porto (Mil de TU)	22.756	29.025	28.895	30.802	28.165
Dívida líquida	2.821	3.152	3.939	5.326	5.919
Margem EBITDA	45,77%	42,39%	39,29%	44,26%	42,05%
Margem lucro	10,18%	13,20%	11,67%	2,80%	1,22%
Dívida líquida / EBITDA	3,05	3,15	4,19	4,55	5,12

2. Investimentos

Em 2020, a VLI Multimodal investiu o valor total de R\$ 156 milhões. Os recursos foram alocados em projetos com aumento da capacidade, principalmente os projetos de parceria com o cliente Tereos, com destaque para a entrega do Armazém do Tiplam (investimento 100% do cliente) com gerenciamento da VLI e a entrega do Armazém do TIGU também para atendimento ao volume da Tereos. Além disso os recursos foram alocados em projetos de Transformação Digital e Tecnologia de Informação, com foco em segurança da informação, com aumento na resiliência de proteção dos ambientes, implementação de ferramentas e tecnologias para mitigação do risco *cyber attack*.

3. Ética e Conformidade

A VLI Multimodal preocupa-se continuamente em manter os padrões mais elevados de Ética e Conformidade em todas as atividades do negócio, pois acredita ser esse o único caminho para criar valor para toda a sua cadeia de relacionamento (clientes, empregados, acionistas, parceiros e comunidades). Desde a elaboração do Código de Conduta Ética, em 2015, convidamos a todos os empregados a se comprometem às diretrizes e a viver no dia a dia os nossos valores, este compromisso foi renovado em 2020.

4. Gestão de Pessoas

Em 2020, muitos desafios surgiram dado ao cenário causado pela pandemia da Covid-19. No que tange a Gestão de Pessoas, podemos dizer que este foi um ano de muita renovação e propostas para superar a distância física e, ainda assim, garantir à qualidade de vida de nossos empregados e o crescimento dos nossos negócios.

Trabalhamos ativamente no comitê de crises e, com as medidas de saúde e segurança e políticas de Home office, apoiamos nossos empregados neste período de adaptação a nova rotina.

Ainda gerindo todas as mudanças trazidas pela pandemia, fomos capazes de constatar a maturidade de nossa cultura e valores, que se refletiu nos resultados de avaliação da cultura. A nota de satisfação cresceu de 7,72 para 7,90 e 68% percebeu evolução.

Atuamos diretamente dentro do Programa + Valor VLI, onde desenvolvemos um planejamento consistente que gerará resultados sustentáveis para a companhia.

E, como não podemos parar, a Universidade VLI se aprimorou e focou em ampliar seu alcance redesenhando produtos presenciais e adaptando metodologias para o meio online, garantindo assim a capacitação, informação e adesão de nossos empregados.

Revisamos do Manual dos Rituais de Liderança, agora denominado de Manual das Práticas de Liderança, que contém recomendações de ações que, se praticadas e repetidas conforme a frequência sugerida, reforçam as crenças e valores nos quais acreditamos e contribuem, de forma significativa, para o fortalecimento da nossa cultura e para o alcance dos resultados desejados.

As ações de Diversidade & Inclusão da VLI ganharam grandes símbolos como, a assinatura do Pacto Global com a ONU Mulheres, em que atingimos o percentual de 12% de mulheres em posições de alta liderança (meta mínima de 30% de mulheres até 2025).

Os esforços ainda se mantêm para o desenvolvimento da nossa liderança feminina e o desenho de carreira e sucessão para essas empregadas. Neste ano de 2020, todas as mulheres potenciais à cadeira de supervisão, mapeadas no processo de carreira e sucessão, foram contempladas no Programa Novos Líderes.

Desenvolvemos também boas discussões e capacitações de lideranças e demais empregados para o tema de Diversidade & Inclusão, consolidamos de forma abrangente a atuação dos grupos de afinidades (Equidade de gênero, Raça e Etnia, Gerações, LGBTQ+, PCD); que foram responsáveis por fomentar discussões, conscientizar e endereçar as demandas e necessidades à companhia.

Nossa alta direção se comprometeu ainda mais com o tema e sua relevância para os negócios, aumentando assim a oportunidade para consolidarmos as ações e desenvolver uma VLI MM mais inclusiva, diversa e inovadora.

5. Sustentabilidade

A VLI Multimodal acredita que só é possível pensar em desenvolvimento econômico quando compartilhado com a sociedade. Desde 2018, com a definição do primeiro planejamento estratégico de sustentabilidade da companhia, optamos pela abordagem de Valor Compartilhado, com a premissa de que o negócio, a operação, a geração de benefícios à sociedade e preservação do patrimônio ambiental são elementos indissociáveis ao êxito de uma organização. Em 2020, o grupo VLI investiu mais de R\$ 2.3 milhões em iniciativas que contemplam projetos de educação, cultura, esporte e promoção da saúde em comunidades que convivem com as nossas operações, beneficiando diretamente cerca de 15 mil pessoas. Ainda em 2020, fizemos ajuda humanitária para mitigar os impactos da pandemia de Covid 19, com um aporte de cerca de R\$ 7 milhões, que abrangeu 8 estados, 26 cidades, beneficiou mais de 500 mil famílias, 25 associações comunitárias. Dentre as iniciativas ambientais, destaca-se a otimização no uso de recursos

naturais, o monitoramento da qualidade do ar, ruídos e vibrações, emissões atmosféricas, gestão de recursos hídricos e reciclagem de resíduos sólidos em torno de 84,27%.

6. Auditores Independentes

A política de atuação do Grupo na contratação de serviços adicionais à auditoria externa junto aos atuais auditores independentes do grupo se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente. Esses princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente. A contratação dos nossos auditores independentes foi aprovada por nosso Conselho de Administração, sendo que os serviços por eles prestados referem-se à auditoria das demonstrações financeiras e revisão limitada das Informações Trimestrais - ITR do Grupo.

7. Política de reinvestimento de lucros e distribuição de dividendos constantes de acordo de acionistas

A Política de Distribuição de Dividendos está incluída no Acordo de Acionistas da VLI S.A., e rege a distribuição de dividendos por aquela Companhia e por suas Subsidiárias, sendo que em conjunto com o Estatuto Social da VLI Multimodal S.A., em seu artigo 19, prevê que pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) dos lucros líquidos anuais, ajustados na forma da lei, serão destinados ao pagamento de dividendos.

8. Relação dos investimentos em sociedades coligadas e/ou controladas evidenciando as modificações ocorridas durante o exercício

Durante o exercício de 2020, a VLI Multimodal S.A. ("VLI Multimodal") realizou os seguintes aumentos de capital, respeitado o direito de preferência dos demais acionistas, e totalmente integralizadas em moeda corrente nacional:

(i) Em 25/01/2020, ocorreu o aumento do capital social da Ultrafértil S.A., por subscrição particular, no valor de R\$ 40.000.222,62 (quarenta milhões, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos), mediante a emissão de 98.598 (noventa e oito mil, quinhentas e noventa e oito) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 405,69 (quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos) por ação, fixado nos termos do Artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, com base no balanço patrimonial não auditado da Ultrafértil S.A levantado em 31 de dezembro de 2019, desconsiderando-se as frações de centavos, passando o capital social a ser dividido de 4.467.079 (quatro milhões, quatrocentas e sessenta e sete mil e setenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para 4.565.677 (quatro milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil, seiscentas e setenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Na forma prevista no artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, do preço de emissão: (a) R\$ 0,01 (um centavo) por ação emitida, perfazendo o total de R\$ 985,98 (novecentos e oitenta e cinco reais e noventa e oito centavos), foi destinado à conta de capital social, ocasionando a alteração do capital social da Companhia de R\$ 1.431.921.404,84 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e vinte e um mil, quatrocentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos) para R\$ 1.431.922.390,82 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos), e (b) o restante dos R\$ 405,68 (quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos) por ação emitida, perfazendo o total de R\$ 39.999.236,64 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e nove mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e quatro centavos) foram destinados à formação de reserva de capital;

(ii) em 24 de abril de 2020, houve outro aumento do capital social da Ultrafértil S.A, por subscrição particular, no valor de R\$70.000.186,74 (setenta milhões, cento e oitenta e seis reais e setenta e quatro centavos), mediante a emissão de 172.546 (cento e setenta e duas mil, quinhentas e quarenta e seis) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 405,69 (quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos) por ação, fixado nos termos do Artigo 170, § 1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76, com base no balanço patrimonial não auditado da Ultrafértil S.A levantado em 31 de dezembro de 2019, desconsiderando-se as frações de centavos, passando o capital social a ser dividido de 4.565.677 (quatro milhões, quinhentas e sessenta e cinco mil, seiscentas e setenta e sete) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para 4.738.223 (quatro milhões, setecentas e trinta e oito mil, duzentas e vinte e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Na forma prevista no artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976, do preço de emissão: (a) R\$ 0,01 (um centavo) por ação emitida, perfazendo o total de R\$1.725,46 (um mil, setecentos e vinte e cinco reais e quarenta e seis centavos) foi destinado à conta de capital social, passando o capital social da Companhia de R\$1.431.922.390,82 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e vinte e dois mil, trezentos e noventa reais e oitenta e dois centavos) para R\$1.431.924.116,28 (um bilhão, quatrocentos e trinta e um milhões, novecentos e vinte e quatro mil, cento e dezesseis reais e vinte e oito centavos); e, (b) o restante dos R\$ 405,68 (quatrocentos e cinco reais e sessenta e oito centavos) por ação ora emitida, perfazendo o total de R\$69.998.461,28 (sessenta e nove milhões, novecentos e noventa e oito mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e oito centavos) foram destinados à formação de reserva de capital; e

(i) Em 23/10/2020, ocorreu o aumento de capital social na Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("FCA"), com a capitalização dos créditos decorrentes dos AFACs realizados pela acionista controladora VLI Multimodal, que teve por objetivo fortalecer a disponibilidade de caixa e a estrutura de capital da Companhia, melhorando seus índices financeiros e assegurando a ela fluxo seguro para honrar seus compromissos operacionais. O aumento de capital foi de R\$ 420.000.000,00 (quatrocentos e vinte milhões de reais de reais), dos quais R\$107.969,15 (cento e sete mil, novecentos e sessenta e nove reais e quinze centavos) foram destinados à conta de capital social, e R\$419.892.030,85 (quatrocentos e dezenove milhões, oitocentos e noventa e dois mil, trinta reais e oitenta e cinco centavos) foram destinados à formação de reserva de capital, na forma prevista no artigo 14, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976. Com o referido aumento, houve a emissão de 10.796.915 (dez milhões, setecentas e noventa e seis mil, novecentas e quinze) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço unitário de R\$38,90 (trinta e oito reais e noventa centavos), conforme Laudo de Avaliação Contábil do Valor Econômico da Companhia emitido em 03 de setembro de 2020, elaborado pela Ernst & Young Assessoria Empresarial LTDA., que apresentou um valor superior ao do Patrimônio Líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2019. Os administradores da FCA entenderam que a utilização do Laudo de Avaliação estava alinhada aos direitos dos acionistas minoritários, preservando a sua participação acionária na FCA. Assim, foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 23 de outubro de 2020 o aumento de capital social da FCA, que passou de R\$ 4.663.149.572,80 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e nove mil, quinhentos e setenta e dois reais e oitenta centavos), dividido em 125.445.701 (cento e vinte e cinco milhões, quatrocentos e quarenta e cinco mil, setecentos e uma) ações ordinárias e 19 (dezenove) ações preferenciais, para R\$4.663.257.541,95 (quatro bilhões, seiscentos e sessenta e três milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e um reais e noventa e cinco centavos) dividido em 136.242.635 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e trinta e cinco), das quais 136.242.616 (cento e trinta e seis milhões, duzentos e quarenta e dois mil, seiscentos e dezesseis) ações ordinárias e 19 (dezenove) ações preferenciais.

São Paulo, 19 de fevereiro de 2021.

Administração

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
VLI Multimodal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VLI Multimodal S.A. (“Companhia”), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da VLI Multimodal S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 5 às demonstrações financeiras, a qual descreve que, em decorrência da retificação de erros, o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto no pronunciamento técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e na norma internacional IAS 8 - “Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors”. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Saldos relevantes entre a Companhia, suas controladas, coligadas e partes relacionadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, que contém informações sobre transações relevantes realizadas entre a Companhia e suas controladas, coligadas e partes relacionadas, assim como seus impactos no resultado e nos ativos e passivos correspondentes. Parte substancial das outras receitas operacionais registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e dos saldos do contas a receber, fornecedores e passivos de arrendamento em 31 de dezembro de 2020 advém de transações com partes relacionadas, de forma que estas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 4 (a) às demonstrações financeiras, que contém informações sobre a utilização da isenção de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Conforme permitido pelo item 4.a (iv) do pronunciamento técnico CPC 36 e a norma internacional IFRS 10, a Companhia não está apresentando os valores referentes às suas controladas Ferrovia Centro Atlântica S.A., Ferrovia Norte Sul S.A., Ultrafértil S.A., Consórcio TMIB e VLI Soluções S.A., tendo em vista que a sua controladora final, VLI S.A., está elaborando um conjunto completo de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as referidas controladas, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

COVID-19

Sem ressaltar a nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 34 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações e as ações tomadas até o momento.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado - DVA referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 F "MG"


Manoel Pinto da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 205664/O-2 "T" MG

VLI MULTIMODAL S.A.

Balço patrimonial Em milhares de reais

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)	01/01/2019
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	752.293	1.219.266	1.275.682
Aplicações financeiras	6	-	12.450	-
Contas a receber	7	770.499	322.998	359.389
Estoques	8	40.726	33.806	22.421
Tributos a recuperar	10	188.234	204.339	179.565
Despesas pagas antecipadamente	12	12.564	9.051	6.132
Dividendos a receber	11	94.361	390.492	72.806
Sinistros a recuperar	13	-	293	61
Demais ativos	13	19.088	7.357	10.067
Total do ativo circulante		1.877.765	2.200.052	1.926.123
Não circulante				
Contas a receber	7	281.054	33.575	19.271
Instrumentos financeiros derivativos	33.2	712.286	95.105	71.493
Despesas pagas antecipadamente	12	4.445	-	3.210
Tributos a recuperar	10	192.502	211.992	150.888
Sinistros a recuperar	13	12	41.428	41.496
Demais ativos	13	2.694	9.749	10.998
Dividendos a receber	11	325.237	-	-
Depósitos judiciais	14	887	964	1.518
Adiantamento para futuro aumento de capital	9 e 24	260.000	230.000	500.000
Tributos diferidos sobre o lucro	30(a)	270.461	113.801	42.977
Investimentos	15	9.212.098	8.804.507	8.263.035
Imobilizado	16	3.619.740	4.753.428	3.318.181
Intangível	17	303.587	274.138	251.782
Total do ativo não circulante		15.185.003	14.568.687	12.674.849
Total do ativo		17.062.768	16.768.739	14.600.972
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores	18	328.089	284.465	202.972
Contas a pagar	18	981	2.703	27.680
Empréstimos e financiamentos	19	868.672	522.302	1.130.857
Debêntures	19	209.178	300.868	12.281
Antecipações de clientes		1.855	330	1.125
Tributos a recolher	20	31.678	14.119	21.488
Tributos a recolher sobre o lucro	20	105.886	22.321	21.268
Receitas diferidas		25.217	21.688	9.461
Obrigações sociais e trabalhistas	21	67.156	72.974	46.434
Arrendamento	22	19.205	31.220	-
Dividendos a pagar	23	101.184	109.588	199.681
Provisões operacionais		5.673	10.000	10.000
Total do passivo circulante		1.764.774	1.392.578	1.683.247
Não circulante				
Fornecedores		-	-	9.544
Empréstimos e financiamentos	19	6.170.238	5.438.413	3.607.822
Debêntures	19	135.535	320.145	463.751
Instrumentos financeiros derivativos	33.2	-	58.294	-
Receitas diferidas		43.933	53.382	62.843
Provisão para processos judiciais	14	819	658	604
Arrendamento	22	163.397	725.851	-
Benefícios a empregados	32.1	14.502	14.726	57.554
Total do passivo não circulante		6.528.424	6.611.469	4.202.118
Patrimônio líquido				
Capital social	25	8.238.854	8.238.854	8.238.854
Ajustes de avaliação patrimonial		(61.168)	(63.103)	(49.584)
Reservas de lucros		591.884	588.941	526.337
Total do patrimônio líquido		8.769.570	8.764.692	8.715.607
Total do passivo e patrimônio líquido		17.062.768	16.768.739	14.600.972

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)
Receita líquida dos serviços prestados	26	2.747.705	2.646.067
Custo dos serviços prestados	27	<u>(2.666.919)</u>	<u>(2.423.234)</u>
Lucro bruto		<u>80.786</u>	<u>222.833</u>
Receitas (despesas) operacionais		<u>183.536</u>	<u>(72.603)</u>
Com vendas	28(a)	(13.934)	(15.051)
Gerais e administrativas	28(b)	(199.006)	(214.612)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28(c)	404.228	152.103
Perdas líquidas sobre ativos financeiros	7	<u>(7.752)</u>	<u>4.957</u>
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		<u>264.322</u>	<u>150.230</u>
Resultado de equivalência patrimonial	15	<u>18.686</u>	<u>254.189</u>
Resultado financeiro	29	<u>(329.056)</u>	<u>(407.397)</u>
Receitas financeiras		728.047	177.220
Despesas financeiras		(499.579)	(519.728)
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial		<u>(557.524)</u>	<u>(64.889)</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>(46.048)</u>	<u>(2.978)</u>
Imposto de renda e contribuição social	30	<u>49.908</u>	<u>77.279</u>
Tributos correntes		(106.752)	-
Tributos diferidos		<u>156.660</u>	<u>77.279</u>
Lucro líquido do exercício		<u>3.860</u>	<u>74.301</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	25(d)	0,00001	0,00020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u> (Reapresentado – Nota 5)
Lucro líquido do exercício	3.860	74.301
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens que não serão reclassificados para o resultado		
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 25(b))	<u>2.060</u>	<u>(12.037)</u>
	<u>5.920</u>	<u>62.264</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

Demonstração do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de expansão	Ajustes de avaliação patrimonial		
Em 1º de janeiro de 2019	8.238.854	64.750	461.587	(49.584)	-	8.715.607
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício (Reapresentado – Nota 5)	-	-	-	-	74.301	74.301
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas						
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 25(b))	-	-	-	(12.037)	-	(12.037)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(1.482)	-	(1.482)
Total do resultado abrangente	-	-	-	(13.519)	74.301	60.782
Redução de reservas	-	-	(2.376)	-	-	(2.376)
Constituição de reservas	-	3.715	61.265	-	(64.980)	-
Dividendos propostos (Nota 23)	-	-	-	-	(9.321)	(9.321)
Em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado – Nota 5)	8.238.854	68.465	520.476	(63.103)	-	8.764.692
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.860	3.860
Outros resultados abrangentes – reflexos de controladas						
Remensuração de obrigações de benefícios (Nota 25(b))	-	-	-	2.060	-	2.060
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(125)	-	(125)
Total do resultado abrangente	-	-	-	1.935	3.860	5.795
Constituição de reservas	-	193	2.750	-	(2.943)	-
Dividendos propostos (Nota 23)	-	-	-	-	(917)	(917)
Em 31 de dezembro de 2020	8.238.854	68.658	523.226	(61.168)	-	8.769.570

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

	Notas	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		3.860	74.301
Ajustes			
Resultado de equivalência patrimonial	15.1	(18.686)	(254.189)
Depreciação e amortização	27 e 28(b)	887.284	919.261
Perdas de recebíveis	28(c)	6.312	3.625
Provisão para desvalorização de estoques	28(c)	1.763	-
Provisões para perdas e processos judiciais		6.564	(4.229)
Resultado de operação de <i>hedge</i> (variação cambial, marcação a mercado de <i>swap</i> e objeto de <i>hedge</i>)	29	23.521	75.259
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial		(1.512)	24.382
(Ganho) perda na alienação de imobilizado	16, 17 e 28(c)	(202.081)	13.393
Receitas diferidas		(9.462)	(9.462)
Ajuste a valor presente	29	20	-
Despesas com obrigação de benefícios		(504)	(28.926)
Encargos de fianças		636	999
Tributos correntes	20	105.886	22.321
Tributos diferidos sobre o lucro	30(a)	(156.660)	(77.280)
Despesas financeiras - juros sobre empréstimos	19 e 29	259.135	278.397
Despesas financeiras - custos de transação	19 e 29	11.630	7.578
Despesas financeiras - arrendamentos		60.030	64.452
		977.736	1.109.882
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		19.365	35.316
Instrumentos financeiros derivativos		13.701	63.835
Estoques		(8.683)	(11.385)
Tributos a recuperar		42.380	(54.439)
Depósitos judiciais		94	696
Sinistros a recuperar		41.709	(164)
Demais ativos		(12.588)	(209)
Fornecedores		31.631	71.684
Contas a pagar		(1.722)	(24.977)
Tributos a recolher		30.705	(7.427)
Obrigações sociais e trabalhistas		(5.818)	26.540
Benefícios a empregados		280	(11.526)
Demais passivos		10.738	6.016
Caixa líquido gerado pelas operações		1.139.528	1.203.842
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.735)	(2.605)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		1.135.793	1.201.237
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	4(aa) e 28(c)	-	(404)
Caixa líquido de incorporação	1(a)	-	69.031
Aplicações financeiras		12.450	(12.450)
Aporte de capital em controlada	15.1	(110.000)	(210.000)
Aquisição de imobilizado e intangível	16 e 17	(786.205)	(905.142)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	24	(450.000)	(280.000)
Dividendos recebidos		104.685	50.838
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento		(1.229.070)	(1.288.127)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos com instituições financeiras	4(aa), 19.1	813.356	1.760.681
Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos	4(aa), 19.1	(639.717)	(1.117.888)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	19.2	(365.776)	(347.736)
Pagamento de imposto de renda sobre empréstimos	29	(9.986)	(5.754)
Pagamento de arrendamentos	22	(162.252)	(159.415)
Dividendos pagos	23	(9.321)	(99.414)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento		(373.696)	30.474
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa		(466.973)	(56.416)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	1.219.266	1.275.682
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	752.293	1.219.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

VLI MULTIMODAL S.A**Demonstração do valor adicionado**
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)
Receitas		
Vendas brutas de serviços	3.121.391	3.017.786
Outras receitas	1.055.689	259.273
Perdas por redução ao valor recuperável – reversão / constituição	(6.401)	4.282
	4.170.679	3.281.341
Menos: Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	(1.764.268)	(1.624.081)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(890.529)	(311.009)
Provisão para perda, processos judiciais, líquida de reversões	(8.124)	(3.702)
Outros	(24.254)	(22.421)
	(2.687.175)	(1.961.213)
Valor adicionado bruto	1.483.504	1.320.128
Depreciação e amortização	(887.284)	(919.261)
Valor adicionado líquido produzido	596.220	400.867
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações societárias	18.686	254.189
Receitas financeiras e variações cambiais	1.265.657	467.518
	1.284.343	721.707
Valor adicionado total a distribuir	1.880.563	1.122.574
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	242.434	183.704
Remuneração direta	181.135	130.138
Benefícios	36.218	30.013
FGTS	11.818	10.851
Outros	13.263	12.702
Impostos, taxas e contribuições	51.010	(18.794)
Federais	(49.206)	(79.193)
Estaduais	57.103	17.020
Municipais	43.113	43.379
Remuneração de capitais de terceiros	1.583.259	883.363
Remuneração de capital próprio	3.860	74.301
Valor adicionado distribuído	1.880.563	1.122.574

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 - Contexto operacional

A VLI Multimodal S.A. é uma sociedade anônima, (doravante denominada “Companhia” ou “VLI Multi”), com capital fechado e com sede na Rua Sapucaí, nº 383, município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, é controlada pela VLI S.A. (“VLI”) e tem por objeto social as seguintes atividades:

- (a) Prestação de serviços de transporte integrado de cargas através dos modais ferroviário e rodoviário, dentre outros, isoladamente ou combinados entre si de forma intermodal ou multimodal, inclusive atuando como operador de transporte multimodal - OTM;
- (b) Construção, conservação, manutenção e monitoramento, operação e exploração de ferrovias e;
- (c) exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte de carga, tais como: carga, descarga e transbordo, gestão e administração de terminais rodoviários e ferroviários, permitindo a movimentação e armazenagem de mercadorias e contêineres, agenciamento de cargas, incluindo a contratação de espaço para embarques rodoviários, ferroviários, marítimos e portuários, projetos logísticos para o transporte de carga, transporte rodoviário de carga de produtos perigosos ou não.

A Companhia poderá exercer outras atividades que, direta ou indiretamente, contribuam para a realização plena de seu objeto social, podendo ainda participar, sob qualquer modalidade, de outros empreendimentos.

A VLI Multimodal S.A. iniciou suas atividades operacionais em maio de 2011. Em 30 de novembro de 2011, a Vale Operações Ferroviárias S.A. passou a denominar-se VLI Multimodal S.A.,

O controlador da Companhia é a VLI S.A.

As participações diretas da VLI Multi são:

	Participações diretas	
	31/12/2020	31/12/2019
Controladas diretas		
Ferrovia Centro-Atlântica S.A. (“FCA”)	99,99%	99,99%
Ferrovia Norte Sul S.A. (“FNS”)	100,00%	100,00%
Ultrafertil S.A. (“Ultrafertil”) (i)	85,64%	84,77%
VLI Soluções S.A. (“VLI Sol”)	99,99%	99,99%
VLI Locações de Locomotivas Ltda. (“VLILL”) – Incorporada em 31 de agosto de 2019	-	100,00%
Controladas indiretas		
Consórcio TMIB	50%	50%

(i) Os efeitos da variação de participação da Ultrafertil (transação de capital entre acionistas) foram refletidos no patrimônio Líquido (Nota 25(b)).

Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - Controlada

A FCA é uma sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade de Belo Horizonte (MG), tem por objeto social principal a prestação de serviços de transporte ferroviário, a exploração de serviços de carga, descarga, armazenagem, transbordo e atuação como operador portuário. A FCA é controlada direta da VLI Multi, que detém 99,99% de seu capital social.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

De acordo com o contrato celebrado com a União, através do Ministério dos Transportes, em 28 de agosto de 1996, a FCA obteve a concessão para a exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga na Malha Centro-Leste, conforme processo de privatização da Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA (doravante "RFFSA"), até agosto de 2026 podendo ser renovada por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente, determinado pelo Edital nº A-3, de 28 de março de 1996, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, para atender ao Programa Nacional de Desestatização.

Concomitantemente, a FCA celebrou, em 28 de agosto de 1996, contrato com a RFFSA para arrendamento dos bens operacionais vinculados à prestação do serviço de transporte de cargas da Malha Centro-Leste, até agosto de 2026 renovável por mais 30 anos, a critério exclusivo do poder concedente.

Adicionalmente, em 28 de junho de 2005, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT (doravante denominada "ANTT") autorizou a cisão parcial de ativos da concessão e arrendamento da Ferrovias Bandeirantes S.A. - Ferroban (doravante denominada "Ferroban"), que compreende a operação do trecho ferroviário entre os municípios de Araguari/MG e Boa Vista Nova/SP, denominado Malha Paulista. No exercício de 2005, a Companhia incorporou ao ativo intangível os bens relacionados ao referido trecho, bem como o montante pago à Ferroban relativo ao direito de exploração da Malha Paulista, conforme descrito acima, passando o mesmo a compor os ativos de concessão da Malha Centro Leste. A Companhia vinha operando este trecho desde 2002, através de acordo operacional com a Ferroban.

Foi anunciada no dia 3 de julho de 2013, pelo Governo Federal, a Resolução Nº 4.131 da ANTT, que autoriza a FCA a proceder com a desativação e devolução de trechos ferroviários. A FCA devolveria um total de 13 trechos entre eles: 7 considerados antieconômicos e 6 trechos ferroviários viáveis. Em maio de 2016, através da resolução 5101, a ANTT revogou a devolução dos trechos economicamente viáveis. A ANTT estabelecerá valor máximo de dispêndio anual com os investimentos nos trechos remanescentes, de maneira a garantir a estabilidade econômico-financeira da concessão.

Os trechos antieconômicos foram devolvidos, em 2014, em conformidade com ANTT e os trechos viáveis economicamente serão desativados somente após a realização de novas licitações. Os trechos envolvidos conforme a resolução são os seguintes:

I – Trechos antieconômicos:	II – Trechos viáveis:
1. Paripe (BA) – Mapele (BA);	1. Alagoinhas (BA) – Juazeiro (BA);
2. Ramal do Porto de Salvador;	2. Alagoinhas (BA) – Propriá (SE);
3. General Carneiro (MG) a partir do km 588+600 – Miguel Burnier (MG);	3. Cachoeiro de Itapemirim (ES) – Vitória (ES);
4. Barão de Camargos (MG) – Lafaiete Bandeira (MG);	4. Barão de Angra (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ) – Cachoeiro de Itapemirim (ES), incluindo trecho Recreio – Cataguases;
5. Biagópolis (SP) – Itaú (MG);	5. Visconde de Itaboraí (RJ) – Campos dos Goytacazes (RJ);
6. Ribeirão Preto (SP) – Passagem (SP); e	6. Corinto (MG) a partir do Km 856+100 – Alagoinhas (BA);
7. Barão de Angra (RJ) – São Bento (RJ).	

Em 21 de janeiro de 2016 a ANTT definiu, através da Deliberação nº 29, diretrizes para contabilização dos reinvestimentos a serem executados pela FCA no trecho Centro-Leste. A Agência deliberou diretrizes de contabilização para fins regulatórios e controle do saldo devedor dos passivos devidos pela FCA à União Federal.

As principais diretrizes apresentadas foram:

- O valor total autorizado para a execução das obras constantes do Anexo I, da Deliberação ANTT nº 284/2015, deverá corresponder ao valor da indenização atualizado, considerando inicialmente a data base de março de 2012.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Cada obra será registrada em conta contábil específica, respeitado o Plano de Contas do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Exploração da Infraestrutura Ferroviária Federal, de forma que permita o controle e fiscalização por parte da Agência.
- O registro da baixa contábil do bem será pelo valor efetivamente incorrido pela FCA para a execução da obra, e se dará mediante a Quitação da Obra, que ocorre com a conclusão, recebimento pela ANTT e transferência de propriedade.
- Para o controle do saldo da indenização deverá ser observado o valor autorizado para a execução da obra que será atualizado pela variação do IPCA a partir da data-base informada no Ato Autorizativo, até o final do prazo definido para a Quitação da Obra.
- A Concessionária deverá divulgar em notas explicativas às Demonstrações Financeiras, demonstrativo atualizado contendo o saldo da indenização, de modo que fiquem evidenciados as seguintes informações: valor inicial da indenização a preços de março de 2012, valor da atualização, valor dos bens dados em pagamento no período e saldo devedor atualizado.

Em novembro de 2019, a FCA concluiu acordo com a ANTT, União e Ministério Público, de se substituir a realização dos investimentos relacionados à Resolução 4.131, pela quitação pecuniária em 60 parcelas a se iniciarem em janeiro de 2020, do montante atualizado até a data base de junho de 2019, de R\$ 1.203.860. Este valor já se apresentou líquido pela homologação de obras realizadas pela FCA e no montante de R\$ 111.638 (Nota 22).

Ferrovias Norte Sul S.A. - Controlada

A FNS é uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em Assembleia Geral realizada em 7 de dezembro de 2007. Foi registrada na Junta Comercial do Estado do Maranhão - JUCEMA em 14 de dezembro de 2007, sendo regida por Estatuto Social, pela Lei das Sociedades por Ações, pela Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos e demais leis e regulamentos aplicáveis. A FNS tem sede na Cidade de São Luís (MA) e prazo indeterminado de duração, que não pode ser inferior ao prazo de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Subconcessão, com duração de 30 anos, renovável por mais 30 anos, a critério das partes.

A FNS tem como objeto social realizar a exploração do transporte ferroviário de carga, compreendendo: operação, conservação, manutenção, monitoração, melhoramentos e adequação do trecho ferroviário, sob o regime de contrato de subconcessão. Este contrato foi celebrado entre a FNS e a VALEC - Engenharia Construções e Ferrovias S.A. ("VALEC"), sociedade por ações controlada pela União Federal e supervisionada pelo Ministério dos Transportes, para operar o trecho de 720 quilômetros de extensão, entre Açailândia (MA) e Palmas (TO).

Em 29 de dezembro de 2015, a VLI Multimodal S.A. assumiu integralmente o controle acionário da Ferrovias Norte Sul S.A. mediante conferência ao capital social da VLI Multimodal S.A. pela VLI S.A. de 357.565.023 (trezentas e cinquenta sete milhões, quinhentas sessenta cinco mil e vinte três) ações ordinárias de emissão da Ferrovias Norte Sul S.A. e de propriedade da VLI S.A., para integralização de 18.524.575.139 (dezoito bilhões, quinhentas vinte quatro milhões, quinhentas e setenta e cinco mil e cento e trinta nove) de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da VLI Multimodal S.A. emitidas na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2015.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Consórcio TMIB (“TMIB”)

Em 15 de março de 2013 foi celebrado um contrato, entre a Petróleo Brasileiro S.A - “Petrobras” e a VLI Operações Portuárias S.A. (subsequentemente incorporada na VMM), que teve por objeto a constituição de um Consórcio através da união de ativos, recursos técnicos, humanos e financeiros das consorciadas, visando a operação comercial do Terminal Marítimo Inácio Barbosa - TMIB.

O TMIB é um terminal portuário privativo de uso misto, localizado no km 22 da Rodovia SE 226, no Estado de Sergipe, de propriedade da Petrobras, cujo a execução do serviço de operação encontra-se sob a responsabilidade da Vale S.A. conforme contrato operacional datado de 13 de dezembro de 2004, e posterior contrato de 15 de maio de 2013.

A VMM, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Suas operações são registradas no balanço da VMM seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo o TMIB equiparado a uma investida.

Ultrafértil S.A. – Controlada

A Ultrafértil S.A. é uma Companhia operacional que tem por atividades principais a manutenção, exploração, operação e gestão de instalação portuária de uso privado, utilizadas na movimentação e/ou armazenamento de carga própria e de terceiros destinadas ou provenientes de transporte aquaviário, e de demais atividades previstas ou permitidas ao explorador de instalação portuária de uso privado misto. Constituída como uma “Sociedade Anônima” domiciliada no Brasil, com sede no município de Belo Horizonte (MG), as ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores.

VLI Locações de Locomotivas Ltda. – Controlada

Em 7 de março 2018, a VLI Multi adquiriu 87.300.000 (oitenta e sete milhões e trezentas mil) quotas, representando 100% das quotas de participação da VLILL. A VLILL é uma sociedade limitada com sede em Belo Horizonte, estado de Minas Gerais foi fundada em 16 de setembro de 2014 e tem por objeto social a atividade de locação de locomotivas e o transporte ferroviário interurbano, intermunicipal e interestadual de cargas.

(a) Incorporação VLILL

A incorporação da VLI LL na VMM foi feita considerando o valor de livro das informações financeiras da VLILL em 31/08/2019, por se tratar de incorporação de empresa de controle comum.

A incorporação faz parte de um processo de reorganização societária e de negócios e que visa:

- (i) Refletir a integração das atividades realizadas pela Companhia;
- (ii) Racionalizar e simplificar a estrutura societária da Companhia, eliminando burocracias, com a consequente redução de custos e despesas operacionais;
- (iii) A união dos recursos empresariais e patrimônios envolvidos na operação das sociedades referidas permitirá uma melhor gestão de operações, ativos e fluxos de caixa das empresas, resultando assim numa melhor utilização de seus recursos operacionais que trará maiores benefícios para as atividades desempenhadas;
- (iv) Reduzir os custos de realização, arquivamento e publicação de atos societários e demonstrações financeiras; e
- (v) Permitir a realização de uma governança mais eficiente.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>31/08/2019</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	69.030
Contas a receber	12.551
Tributos a recuperar	12.242
Demais ativos	14
	<u>93.837</u>
Total do ativo circulante	
Não circulante	
Tributos a recuperar	25.304
Imobilizado	638.032
	<u>663.336</u>
Total do ativo não circulante	
Total do ativo	<u><u>757.173</u></u>
	<u>31/08/2019</u>
Passivo e patrimônio líquido	
Circulante	
Fornecedores	37
Debêntures	122.404
Tributos a recolher sobre o lucro	2.605
Receitas diferidas	17.403
Dividendos a pagar	34.618
	<u>177.067</u>
Total do passivo circulante	
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	533.232
	<u>533.232</u>
Total do passivo não circulante	
Patrimônio líquido	
Capital social	10.000
Reserva de lucros	12.000
Lucros acumulados	24.874
	<u>46.874</u>
Total do patrimônio líquido	
Total do passivo e patrimônio líquido	<u><u>757.173</u></u>

VLI Soluções S.A. – Controlada

A VLI Soluções S.A. foi constituída em 21 de fevereiro de 2011, com sede na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro. A VLI Soluções é controlada pela VLIMM e tem por objeto social, dentre outros, exploração de atividades relacionadas direta ou indiretamente a serviços de transporte e movimentação de carga, bem como construção, operação e exploração de terminais marítimos próprios ou de terceiros.

Terminal VLI Porto Franco S.A.

O Terminal VLI Porto Franco S.A. é uma subsidiária integral da VLI S.A., com sede no município de Belo Horizonte, Minas Gerais, e que deriva do ganho pela Companhia da licitação para operar o terminal intermodal situado em Porto Franco (MA). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia encontra-se em processo de registro dos atos constitutivos.

A Administração espera que os mesmos se concluam em fevereiro de 2021.

2 - Base de preparação das demonstrações financeiras

(a) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, implementados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras Anuais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 19 de fevereiro de 2021. Desta forma, estas demonstrações financeiras consideram eventos subsequentes que pudessem ter efeito sobre as mesmas até a referida data.

(b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos designados e mensurados pelo valor justo.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Na data de autorização destas demonstrações financeiras, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não aplicáveis:

IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (alterações)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes
Alterações à IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual
Alterações à IAS 16	Imobilizado—Recursos Antes do Uso Pretendido
Alterações à IAS 37	Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato
Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	Alterações à IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e IFRS 16 - Arrendamentos

Os diretores não esperam que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras da Companhia em períodos futuros, exceto conforme descrito a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) – Demonstrações Consolidadas e IAS 28 (CPC 18 (R2)) - Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture

As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou joint venture contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou joint venture. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou joint venture contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou joint venture.

A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB; porém, é permitida a adoção antecipada das alterações. Não são esperados impactos na Companhia.

(ii) Alterações à IAS 1 – Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes

As alterações à IAS 1 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens.

As alterações esclarecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de 'liquidação' para esclarecer que a liquidação se refere à transferência, para uma contraparte; um valor em caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.

As alterações são aplicáveis retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023, sendo permitida a adoção antecipada.

(iii) Alterações à IFRS 3 – Referência à Estrutura Conceitual

As alterações atualizam a IFRS 3 de modo que ela se refere à Estrutura Conceitual de 2018 em vez da Estrutura de 1989. Elas também incluem na IFRS 3 a exigência de que, para obrigações dentro do escopo da IAS 37, o comprador aplica a IAS 37 para determinar se há obrigação presente na data de aquisição em virtude de eventos passados. Para um tributo dentro do escopo da IFRIC 21 – Tributos, o comprador aplica a IFRIC 21 para determinar se o evento que resultou na obrigação de pagar o tributo ocorreu até a data de aquisição.

Finalmente, as alterações acrescentam uma declaração explícita de que o comprador não reconhece ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.

As alterações são aplicáveis a combinações de negócios cuja data de aquisição ocorra em ou após o início do primeiro período de relatório iniciado em ou após 1º de janeiro de 2022. A adoção antecipada é permitida se a entidade também adotar todas as outras referências atualizadas (publicada em conjunto com a Estrutura Conceitual atualizada) na mesma data ou antes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Alterações à IAS 16 – Imobilizado — Recursos Antes do Uso Pretendido

As alterações proíbem deduzir do custo de um item do imobilizado qualquer recurso proveniente da venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso, isto é, recursos para trazer o ativo ao local e na condição necessária para que seja capaz de operar da maneira pretendida pela Administração. Consequentemente, a entidade reconhece esses recursos da venda e correspondentes custos no resultado. A entidade mensura o custo desses itens de acordo com a IAS 2 - Estoques.

As alterações esclarecem ainda o significado de 'testar se um ativo está funcionando adequadamente'. Atualmente, a IAS 16 determina isso como avaliar se o desempenho técnico e físico do ativo é tal que o mesmo possa ser usado na produção ou fornecimento de bens ou serviços, para aluguel para terceiros, ou para fins administrativos.

Se não apresentados separadamente na demonstração do resultado abrangente, as demonstrações financeiras devem divulgar os valores dos recursos e custos incluídos no resultado correspondentes aos itens produzidos que não sejam um produto das atividades ordinárias da entidade, e cuja(s) rubrica(s) na demonstração do resultado abrangente inclua(m) esses recursos e custos.

As alterações são aplicadas retrospectivamente, mas apenas para itens do imobilizado que são levados ao local e na condição necessária para que os mesmos sejam capazes de operar da maneira pretendida pela Administração no ou após o início do primeiro período apresentado nas demonstrações financeiras no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez.

A entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) no início do primeiro período apresentado.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida a adoção antecipada.

(v) Alterações à IAS 37 – Contratos Onerosos – Custo de Cumprimento do Contrato

As alterações especificam que o 'custo de cumprimento' do contrato compreende os 'custos diretamente relacionados ao contrato'. Os custos diretamente relacionados ao contrato compreendem os custos incrementais de cumprimento desse contrato (por exemplo, funcionários ou materiais) e a alocação de outros custos diretamente relacionados ao cumprimento de contratos (por exemplo, alocação das despesas com depreciação para um item do imobilizado usado no cumprimento do contrato).

As alterações são aplicáveis a contratos para os quais a entidade ainda não cumpriu todas as suas obrigações no início do período anual no qual a entidade aplica as alterações pela primeira vez. Os números comparativos não são rerepresentados. Ao invés disso, a entidade deve reconhecer o efeito acumulado da adoção inicial das alterações como ajuste do saldo inicial de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme aplicável) na data de adoção inicial.

As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

(vi) Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020

As Melhorias Anuais incluem alterações em quatro normas.

IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

A alteração prevê medida adicional para uma controlada que se torna adotante inicial depois da sua controladora com relação à contabilização de diferenças acumuladas de conversão. Em virtude da alteração, a controlada que usa a isenção contida na IFRS 1:D16(a) pode agora optar por mensurar as diferenças acumuladas de conversão para todas as operações no exterior ao valor contábil que seria incluído nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora, com base na data de transição da controladora para as Normas do IFRS, se nenhum ajuste for feito com relação aos procedimentos de consolidação e efeitos da combinação de negócios na qual a controladora adquiriu a controlada. Uma opção similar está disponível para uma coligada ou joint venture que utiliza a isenção contida na IFRS 1:D16(a).

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A alteração esclarece que ao aplicar o teste de '10%' para avaliar se o passivo financeiro deve ser baixado, a entidade inclui apenas os honorários pagos ou recebidos entre a entidade (devedor) e o credor, inclusive honorários pagos ou recebidos pela entidade ou credor em nome da outra parte.

A alteração é aplicável prospectivamente a modificações e trocas ocorridas na ou após a data em que a entidade aplica a alteração pela primeira vez.

A alteração é aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022, sendo permitida adoção antecipada.

IFRS 16 - Arrendamentos

A alteração exclui o exemplo de reembolso de benfeitorias em imóveis de terceiros.

Uma vez que a alteração à IFRS 16 constitui apenas um exemplo ilustrativo, nenhuma data de vigência é definida.

(d) Mudança nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pela Companhia

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020.

(i) CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Leases (Arrendamentos)” - Revisão 16/2020 - Revisão de Pronunciamentos Técnicos

O documento estabeleceu alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 em decorrência de Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

O arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Relacionado à Covid-19 Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, que atenda aos requisitos do item 46(b), é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando esta Norma se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

O expediente prático aplica-se apenas aos Benefícios Concedidos em Contrato de Arrendamento que ocorram como consequência direta da pandemia da Covid-19 e somente se todas as seguintes condições forem satisfeitas:

(a) a alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração;

(b) qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 (por exemplo, um benefício concedido em um arrendamento cumpriria esta condição se resultasse em pagamentos de arrendamento reduzidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021); e

(c) não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

Se o arrendatário aplicar o expediente prático, deve divulgar:

(a) que aplicou o expediente prático a todos os Benefícios Concedidos em Contratos de Arrendamento, ou, se não aplicou a todos os benefícios, informações sobre a natureza dos contratos para os quais aplicou o expediente prático; e

(b) o montante reconhecido no resultado do período que refletir as mudanças nos pagamentos ocasionadas pelos benefícios concedidos com relação aos contratos de arrendamento para os quais foi aplicado o expediente prático.

Transição

A Companhia não possui contratos de arrendamento de vagões e locomotivas com terceiros que tiveram seus fluxos de pagamento reestruturados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) Impacto da adoção inicial das alterações da Reforma da Taxa de Juros de Referência à IFRS 9 e IFRS 7.

As taxas interbancárias oferecidas (IBORs) são taxas de referência de juros, tais como LIBOR, EURIBOR e TIBOR. Porém, devido a recentes discussões no mercado colocaram em questão a viabilidade de longo prazo desses benchmarks. Desta forma, em setembro de 2019, o IASB emitiu Reforma da Taxa de Juros de Referência (Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7). Essas alterações modificam as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização de hedge para hedges afetados durante o período de incerteza antes que os itens objetos de hedge ou instrumentos de hedge afetados pelas taxas de juros de referência atuais sejam alterados em virtude das reformas contínuas das taxas de juros de referência. Comunicado de novembro/2020 da ICE (Intercontinental Exchange) responsável pela metodologia e divulgação da LIBOR informa quanto à intenção de se encerrar a publicação deste benchmark em 30 de junho de 2023.

A Companhia possui dívidas em moeda estrangeira sujeitas tanto à variação do dólar quanto da LIBOR (Nota 19). Tais dívidas são sujeitas ao hedge de valor justo (Nota 29.2) e usam instrumentos derivativos (swaps) que protegem a companhia das oscilações de câmbio e taxas de juros em moeda estrangeira. As alterações previstas na LIBOR não possuem impacto relevante para a companhia pois as dívidas e os instrumentos derivativos devem adotar o novo benchmark que substituir a LIBOR como componente de juros.

(iii) Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS

A Companhia adotou as alterações incluídas nas Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS pela primeira vez em 2020. As alterações incluem as alterações subsequentes às Normas afetadas de modo que elas se referem à nova Estrutura. Porém, nem todas as alterações, atualizam esses pronunciamentos com relação às referências e citações contidas na Estrutura de modo que elas se referem à Estrutura Conceitual revisada. Alguns pronunciamentos são atualizados apenas para indicar a qual versão da Estrutura eles se referem (a Estrutura do IASC adotada pelo IASB em 2001, a Estrutura do IASB de 2010, ou a nova Estrutura revisada de 2018) ou para indicar que as definições na Norma não foram atualizadas com as novas definições desenvolvidas na Estrutura Conceitual revisada.

As Normas alteradas são IFRS 2, IFRS 3, IFRS 6, IFRS 14, IAS 1, IAS 8, IAS 34, IAS 37, IAS 38, IFRIC 12, IFRIC 19, IFRIC 20, IFRIC 22, e SIC-32.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(iv) Alterações à IFRS 3 – Definição de Negócios

A Companhia adotou as alterações à IFRS 3 pela primeira vez no exercício corrente. As alterações esclarecem que ainda que os negócios normalmente apresentem outputs (“produtos”), os produtos não são necessários para um conjunto integrado de atividades e ativos para se qualificarem como negócios. Para serem considerados como um negócio, um conjunto adquirido de atividades e ativos deve incluir no mínimo um insumo e um processo substantivo que em conjunto contribuem significativamente para a capacidade de criar produtos.

As alterações excluem a avaliação sobre se os participantes de mercado são capazes de substituir quaisquer insumos ou processos em falta e continuar a produzir produtos. As alterações também introduzem orientações adicionais que ajudam a determinar se um processo substantivo foi adquirido.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

(v) Alterações à IAS 1 e IAS 8 – Definição de Material

A Companhia adotou as alterações à IAS 1 e IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. O objetivo das alterações é facilitar o entendimento da definição do que é material na IAS 1 e não o de alterar o conceito subjacente de materialidade nas Normas do IFRS. O conceito de 'ocultação' de informações materiais com o conceito de informações imateriais foi incluído como parte da nova definição.

O limite de materialidade que influencia os usuários foi alterado de 'possível influência' para 'possível influência razoável'.

A definição de material na IAS 8 foi substituída pela referência à definição de material na IAS 1. Adicionalmente, o IASB alterou outras Normas e a Estrutura Conceitual que contém uma definição de material ou faz referência ao termo 'material' para garantir consistência.

As alterações não produziram impactos significativos na Companhia.

3 - Estimativas, premissas e julgamentos contábeis críticos

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à perdas por redução ao valor recuperável de contas a receber, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos não financeiros para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporárias em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas e custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de desconto de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão e subconcessão

A Companhia segue as orientações da ICPC 01 e da OCPC 05 para contabilizar a concessão e a subconcessão dos serviços de transporte ferroviário e o arrendamento de bens vinculados à prestação desses serviços de suas controladas. A aplicação dessas interpretações e orientações técnicas requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão ou da subconcessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price cap*" é raramente atingido.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

4 - Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. As políticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Demonstrações financeiras

A Companhia não apresenta suas demonstrações financeiras de forma consolidada, conforme permitido pelo CPC 36, considerando os seguintes aspectos: (a) a VLI Multimodal S.A. é uma controlada da VLI S.A., a qual não fez objeção quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia; (b) os instrumentos de dívida ou patrimoniais da Companhia não são negociados em mercado aberto; (c) a VLI Multimodal S.A. não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, ou outro órgão regulador, visando a emissão de algum tipo ou classe de instrumento em mercado aberto; e (d) a controladora da Companhia disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As transações realizadas nas demonstrações financeiras de cada Companhia são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("moeda funcional").

A moeda funcional adotada pela Companhia e sua moeda de apresentação das demonstrações financeiras é o Real.

(c) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.

(e) Ativos financeiros

Classificação

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado) – VJR e VJORA
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJORA, conforme descrito acima, são classificados como VJR. Isso inclui todos os instrumentos financeiros derivativos.

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

A Companhia reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado.

Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

Reconhecimento e desreconhecimento

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta escolha é feita investimento por investimento.

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requerimentos para ser mensurado ao custo amortizado ou como VJORA como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria (opção de valor justo disponível no CPC 48 / IFRS 9).

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Instrumentos de dívida

A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio da Companhia para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. A Companhia classifica seus títulos de dívida de acordo com as duas categorias de mensuração a seguir:

- Custo amortizado.
- Valor justo por meio do resultado.

(f) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

(g) Provisão para perdas de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia passou a avaliar, em base prospectiva, aos títulos registrados em contas a receber. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases:

- perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço, recebíveis com partes relacionadas; e
- perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A Companhia optou por:

- (i) mensurar provisões para perdas com contas a receber e outros recebíveis e ativos contratuais por um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira e;
- (ii) mensurar provisões para perdas de crédito esperada para 12 meses para os ativos com características específicas listados abaixo:
 - títulos de dívida com baixo risco de crédito na data de apresentação, dos quais se destacam recebíveis com natureza de “*Take or pay*”; e;

(i) perda de crédito para vida inteira - *lifetime expected credit losses – lifetime – ECL*

(ii) perda de crédito esperada para 12 meses – *12 month expected credit losses – 12 month ECL*

Segregação da carteira de recebíveis por safras de produção de crédito semestrais
Segregação de títulos com natureza específica ou com partes relacionadas para evitar contaminação
Compilação de média linear de 3 safras
Aplicação do fator de PIB agropecuário como índice de sensibilização futura sobre os percentis de perda

Acompanhamento da evolução do risco de crédito dos créditos específico por se tratar de títulos com natureza específica

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera as informações razoáveis e suportáveis que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações históricas e futuras.

A Companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplemento quando os pagamentos contratuais estão vencidos. No entanto, em certos casos, a Companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplemento quando informações internas ou externas indicam ser improvável a Companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela Companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais.

Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito

Em cada data de apresentação, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação de crédito” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuro estimados do ativo financeiro.

(h) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas da Companhia administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As exposições cambiais dos empréstimos no exterior contam com suas posições protegidas via operações de *hedge* (contratos de *swap*), efetuadas sob a orientação da Tesouraria da Companhia.

Inicialmente, os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato dos instrumentos financeiros derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende de o fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*.

A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos instrumentos financeiros derivativos como *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo).

Um relacionamento de *hedge* se qualifica para contabilidade de *hedge* se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

- Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*;
- O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica;
- O índice de *hedge* da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de *hedge* que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos e variação cambial de empréstimos em moeda estrangeira. O ganho ou perda relacionados as parcelas efetivas e não efetivas de *swaps* é reconhecido na demonstração do resultado como "Resultado financeiro".

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 33.

(i) Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, serão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as perdas por redução ao valor recuperável (Nota 4(g)).

Os ajustes a valor presente são calculados com base na diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à uma taxa de juros efetiva.

(j) Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, que pode ser o valor de reposição e, quando aplicável, é constituída uma estimativa de perdas de estoques obsoletos, inservíveis ou sem movimentação. O custo de aquisição é determinado usando-se o método da média ponderada móvel.

(k) Investimentos em controladas

Entidades controladas são aquelas, nas quais, de forma direta ou indireta a Controladora exerce o poder de regular as políticas contábeis e operacionais, para obtenção de benefícios de suas atividades.

Nas demonstrações financeiras os investimentos são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são as mesmas da Companhia.

(l) Consórcios

As atividades essenciais do TMIB são de responsabilidade da VMM que, como líder do consórcio, é responsável por toda a operação do TMIB e por toda tomada de gestão no empreendimento, sendo configurado o seu controle. Seus impactos são registrados nas demonstrações financeiras individuais da VLI seguindo o CPC 18 (R2) / IAS 28, sendo a entidade equiparada a uma investida. Dado o caráter de controle exercido pela VMM, as demonstrações financeiras consolidadas da VLI contemplam a totalidade da operação do TMIB.

(m) Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil dos itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Depreciação

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Imóveis	52
Locomotivas	30
Vagões	33
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	43
Equipamentos autônomos	22
	6

Equipamentos e aplicativos de informática

Veículos 5

Via permanente 48

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienação são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas".

(n) Intangível

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Direitos adquiridos de comercialização de transporte ferroviário

Os direitos adquiridos são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e se referente aos direitos de exclusividade conferidos à VLI Multimodal S.A. de contratar prestação exclusiva de serviços ferroviários e acessórios prestados pela Vale S.A.

Amortização

A amortização é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Backlog de clientes	18
Imóveis	50
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	49
Equipamentos e aplicativos de informática	4
Vias permanentes	12
Compra de capacidade	1
Direitos de concessão	12

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(o) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)).

Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão deste na data do balanço.

(p) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(q) Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

(r) Arrendamentos

Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente.

Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir:

- pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber);
- pagamentos variáveis de arrendamentos variáveis que dependem de índice ou de taxa;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de que irá exercer essa opção;
- pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo esta a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes.

Para determinar a taxa incremental de empréstimo, a Companhia:

- sempre que possível, utiliza como ponto de partida taxas de financiamentos recentes contratados com terceiros, ajustadas para refletir as mudanças nas condições de financiamento desde que tal financiamento de terceiro fora recebido;
- usa uma abordagem progressiva que parte de uma taxa de juros livre de risco ajustada para o risco de crédito para arrendamentos mantidos pela Companhia, sem financiamento recente com terceiros;
- e
- faz ajustes específicos à taxa, como no prazo, moeda e garantia, por exemplo.

As taxas de desconto utilizados pela Companhia em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 são:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	VMM
Vagões	de 9,00% a 9,69%
Locomotivas	de 8,04% a 9,69%
Terminais	3,04%

A tabela abaixo evidencia as taxas praticadas, vis-à-vis, os prazos dos contratos, conforme exigência do CPC 12 (33):

Prazos contratuais projetados pelo CDI futuro – BM&F – embasaram o cálculo das taxas incrementais em 1º de janeiro de 2019	Taxa
1 a 2 anos	7,81% a 8,58%
3 a 4 anos	9,24% a 9,76%
5 a 6 anos	10,10% a 10,38%
7 a 8 anos	10,60% a 10,74%
9 a 10 anos	10,83% a 10,92%
11 a 12 anos	11,00% a 11,06%

Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir:

- o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- quaisquer custos diretos iniciais; e
- custos de restauração.

Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Companhia estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos.

(s) Provisões

As provisões para as ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(t) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e desde que relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, são apresentados em separado, e não pelo líquido. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

(u) Benefícios a empregados

Obrigações de aposentadoria

A Companhia, através da sua Controlada Ultrafértil, é patrocinadora dos planos Petros Ultrafértil, que está estruturado na modalidade de benefício definido e adicionalmente, plano de assistência médica Ultrafértil garantido pela Resolução RN Nº 279/11 da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS que garantem aos empregados demitidos e beneficiários a permanência no plano vitaliciamente, ou se a contribuição for inferior a dez anos, cada ano de serviço prestado dará direito a um ano de permanência no plano, o passivo relacionado aos benefícios de risco do plano de pensão é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustados por ganhos ou perdas atuariais e custos de serviços passados. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes usando-se o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado pela estimativa de saída futura de caixa, usando-se as taxas de juros de títulos públicos cujos prazos de vencimento se aproximam dos prazos do passivo relacionado. Os ganhos e as perdas atuariais advindos de mudanças nas premissas atuariais e emendas aos planos de pensão são apropriados ou creditados ao resultado pela média do tempo de serviço remanescente dos funcionários relacionados. Estes planos encontram-se bloqueados a novas adesões de participantes.

A Companhia também é patrocinadora do Plano Vale Mais e Valia Prev que está estruturado na modalidade de contribuição variável, onde na fase de acumulação de recursos não existe passivo atuarial uma vez que os compromissos estão limitados ao saldo de contas formados pelas contribuições efetuadas pelos participantes e pela patrocinadora. Na fase de concessão do benefício o saldo de contas é transformado em uma renda mensal vitalícia, determinada por um fator atuarial que leva em consideração a expectativa de vida do participante e de seu beneficiário, e uma taxa real anual de juros, sendo, nesta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fase, avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, para cálculo do passivo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício são calculados nos moldes do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados a qual cuja metodologia de cálculo considera metas operacionais e financeiras divulgadas a seus empregados. As diretrizes da participação nos resultados são determinadas pela administração do Grupo. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

Incentivos de longo prazo

Os programas de Incentivos de longo prazo oferecidos pelas Companhias FNS, FCA, VLI, Ultrafértil e VLI Multimodal S.A. (em conjunto, “Grupo VLI” ou “Grupo”) (*Matching, Phantom e Retention*) estão descritos na Nota 32. Os referidos incentivos classificam-se como “outros benefícios de longo prazo” pelo CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a Empregados e tem seus efeitos reconhecidos diretamente na demonstração do resultado, respeitando-se o princípio da competência e as melhores estimativas da UVV (“unidades de valor virtual”) a cada data-base de reporte.

(v) Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias não resgatáveis, todas sem valor nominal. Cada ação dará direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

(w) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços portuários, transportes ferroviário e rodoviário, e movimentação portuária no curso normal das atividades da Companhia e de receitas acessórias ligadas às atividades. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções e descontos.

O reconhecimento das receitas obedece:

- (i) a identificação de um contrato com cliente;
- (ii) a identificação das obrigações de desempenho;
- (iii) a avaliação das eventuais contraprestações variáveis;
- (iv) a alocação do preço à respectiva obrigação de desempenho;
- (v) o reconhecimento da receita a medida ou no momento em que a obrigação de desempenho é cumprida, sendo que a Companhia reconhece a receita de prestação de serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas ao longo do tempo.

Receitas de serviços

A Companhia presta serviços de transportes de carga ferroviários, rodoviários e portuários. As vendas são reconhecidas a medida em que os serviços são prestados, ou seja, ao longo da execução dos mesmos e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita, muito embora o faturamento efetivo possa se dar em momento distinto e em linha com as exigências contratuais e legislatórias impostas pelos órgãos reguladores.

A Companhia avalia o período de reconhecimento das receitas de forma tempestiva, efetuando ajustes contábeis para melhor aproximar o cumprimento das obrigações de desempenho que se dão ao longo do tempo versus os eventuais registros por faturamento, conforme exigências contratuais ou dos órgãos reguladores.

Receitas de indenizações, multas ou *take-or-pay* (“TOP”)

A Companhia também opera com contratos do tipo *take-or-pay*, em que seus clientes têm a obrigação de adquirirem a prestação de serviços pré-acordadas ou ficam sujeitas a multas pelo seu não cumprimento.

Os volumes de TOP são apurados tempestivamente e individualmente por cada contrato, sendo seu reconhecimento se dando somente com:

- (i) lastro contratual;
- (ii) apuração efetiva das diferenças de volume dos serviços prestados versus contratados;
- (iii) mensuração acurada das tarifas;
- (iv) aceite do cliente quanto as diferenças.

Desta forma, as receitas de TOP se dão ao longo do tempo, sendo faturadas observando as disposições contratuais de cada cliente.

Receitas financeiras

A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo prazo de competência, utilizando o método de taxa de juros efetiva.

Receitas diferidas

As receitas antecipadas são registradas no passivo quando há recebimentos antecipados para prestação de serviços futuros. As receitas antecipadas serão reconhecidas no resultado quando decorrido o prazo de competência ou da prestação de serviços futuros.

(x) Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo nas demonstrações financeiras, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

Aos acionistas será assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido ajustado, nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que esta reserva atinja 20% do capital social.

(y) Apresentação de informações por segmentos

Conforme descrito na Nota 31, A Companhia analisa suas operações como segmento único com base nas informações apresentadas de modo consistente ao principal tomador de decisões operacionais da Companhia, o Conselho de Administração, órgão responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho do segmento operacional, além da tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(z) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A Companhia divulga sua demonstração do valor adicionado (“DVA”), de acordo com a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado, que é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme prática contábil brasileira, aplicável a companhias abertas, que, entretanto, para as práticas internacionais pelo IFRS são apresentadas como informações adicionais, sem prejuízo do conjunto de demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(aa) Fluxo de caixa

A Companhia apresenta suas demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto.

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 dizem respeito a:

- (i) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 420.000 (Nota 24);
- (ii) reconhecimento de dividendos a receber de Controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 83.339 (Nota 15);
- (iii) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 50.342 (Notas 16 e 22).
- (iv) provisionamento dos dividendos a pagar no valor de R\$ 917, referentes aos resultados dos exercícios de 2020 e 2019 (Nota 23);
- (v) adições de direitos de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 136.594 (Notas 16 e 22);
- (vi) encerramento de contratos de arrendamento com baixa de direitos de uso e obrigações de arrendamento nos montantes de R\$ 607.307 e R\$ 656.983, respectivamente (Notas 16 e 22), bem como efeito de baixa dos resultados não realizados de R\$ 49.676 na rubrica de investimentos;
- (vii) alienação de material rodante com a FNS, ainda não liquidado e no montante de R\$ 726.383 (Notas 7 e 9).

As transações que não afetaram caixa no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 dizem respeito a:

- (i) capitalização em Controlada de adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC) no montante de R\$ 550.000 (Nota 24);
- (ii) reconhecimento de dividendos a receber de Controladas e ainda não pagos no montante de R\$ 243.255 (Nota 15);
- (iii) baixa dos valores de dividendos a pagar pela VLILL à VMM no montante de R\$ 34.618, por conta da incorporação da VLILL e em contrapartida aos saldos de investimentos (Nota 1(a));
- (iv) rolagem de dívida no exterior no montante de R\$ 403.009 (Nota 19);
- (v) correções monetárias no direito de uso e obrigações de arrendamento e que derivam do IFRS 16 no montante de R\$ 5.707 (Notas 16 e 22); e
- (vi) adições de direitos de uso no imobilizado e obrigações de arrendamento, e que derivam do IFRS 16 nos montantes de R\$ 46.632 e R\$ 37.492, respectivamente (Notas 16 e 22).

5 - Reapresentação de informações comparativas

Conforme as orientações do CPC 23 / IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Administração da Companhia:

(a) procedeu com a reavaliação dos efeitos não realizados nas operações intragrupo, que derivam das relações de arrendamento emanadas pelo CPC 06 (R2) / IFRS 16 e cuja contabilização passaram a ser obrigatórias a partir de 1º de janeiro de 2019. A eliminação completa dos efeitos não realizados em relações intragrupo está alinhada com os preceitos do ICPC 09 – “Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial”.

VLI MULTIMODAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração no balanço patrimonial:

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Ativos			
Investimentos	8.769.455	35.052	8.804.507
	14.533.635	35.052	14.568.687
	16.733.687	35.052	16.768.739
Patrimônio líquido			
Reservas de lucros	553.889	35.052	588.941
	8.729.640	35.052	8.764.692
	16.733.687	35.052	16.768.739

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado do exercício:

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro bruto	222.833	-	222.833
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	150.230	-	150.230
Resultado de equivalência patrimonial	219.137	35.052	254.189
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(38.030)	35.052	(2.978)
Lucro líquido do exercício	39.249	35.052	74.301

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do resultado abrangente do exercício:

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Lucro líquido do exercício	39.249	35.052	74.301
Remensuração de obrigações de benefícios	(12.037)	-	(12.037)
	27.212	35.052	62.264

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração da mutação no patrimônio líquido:

	31/12/2019		
	Original	Ajustes	Reapresentado
Capital social	8.238.854	-	8.238.854
Reserva de lucros	553.889	35.052	588.941
Ajuste de avaliação patrimonial	(63.103)	-	(63.103)
	8.729.640	35.052	8.764.692

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2019</u> <u>Reapresentado</u>
Lucro líquido do exercício	39.249	35.052	74.301
Resultado de equivalência patrimonial	(219.137)	(35.052)	(254.189)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.201.237	-	1.201.237
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(1.288.127)	-	(1.288.127)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	30.474	-	30.474
Redução líquido de caixa e equivalentes de caixa	(56.409)	-	(56.416)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.275.682	-	1.275.682
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.219.266	-	1.219.266

Segue abaixo as informações alteradas pela Administração na demonstração do valor adicionado:

	<u>Original</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31/12/2019</u> <u>Reapresentado</u>
Receitas	3.281.341	-	3.281.341
Menos: Insumos adquiridos de terceiros	(1.961.213)	-	(1.961.213)
Valor adicionado líquido produzido	400.867	-	400.867
Resultado de participações societárias	219.137	35.052	254.189
	686.655	35.052	721.707
Valor adicionado total a distribuir	1.087.522	35.052	1.122.574
Distribuição do valor adicionado			
Remuneração de capital próprio	39.249	35.052	74.301
Valor adicionado distribuído	1.087.522	35.052	1.122.574

6 - Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e bancos	5.514	2.004
Aplicações financeiras (i)	746.779	1.217.262
	752.293	1.219.266
Aplicações financeiras		
Letras financeiras (i)	-	12.450
	-	12.450
	752.293	1.231.716

- (i) Aplicações em operações compromissadas, letras financeiras e em certificados de depósitos bancários de curto prazo indexados ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), com remuneração média de 107,05% (2018 – 101,15%). Todas possuem insignificante risco de mudança de valor e exceto pelas letras financeiras, todas as aplicações são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 - Contas a receber

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Contas a receber de terceiros	212.141	205.617
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	578.195	130.817
Menos: Perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber	<u>(19.837)</u>	<u>(13.436)</u>
Contas a receber de clientes, líquidas	<u>770.499</u>	<u>322.998</u>
Não circulante		
Contas a receber de terceiros	26.819	33.575
Contas a receber de partes relacionadas (Nota 9)	<u>254.235</u>	<u>-</u>
	<u>281.054</u>	<u>33.575</u>
	<u>1.051.553</u>	<u>356.573</u>

A movimentação das perdas por redução ao valor recuperável em contas a receber seguem:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Método simplificado		
Saldo no início do exercício	(7.226)	(7.168)
(+) Aumento	(6.581)	(1.777)
(-) Redução	<u>7.068</u>	<u>1.718</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(6.739)</u>	<u>(7.227)</u>
Take or pay e multas (acompanhamento do risco de crédito)		
Saldo no início do exercício	(6.209)	(10.549)
(+) Aumento	(7.006)	(948)
(-) Redução	<u>117</u>	<u>5.288</u>
Saldo ao final do exercício	<u>(13.098)</u>	<u>(6.209)</u>
	<u>(19.837)</u>	<u>(13.436)</u>
Variação operacional - resultado	(7.752)	4.957
Variação financeira - resultado	<u>1.350</u>	<u>(676)</u>
	<u>(6.402)</u>	<u>4.281</u>

As análises de vencimentos estão apresentadas a seguir, estando sujeito ao provisionamento para perdas de crédito conforme política interna da Companhia (Nota 4(g)):

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
A vencer	1.027.962	298.800
Vencidos até 3 meses	6.121	10.989
Vencidos de 3 a 6 meses	197	2.529
Vencidos acima 6 meses	<u>37.109</u>	<u>57.691</u>
Contas a receber de clientes	<u>1.071.389</u>	<u>370.009</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8 – Estoques

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Estoques para manutenção de equipamentos e instalações	27.827	17.941
Combustíveis, lubrificantes e gases	453	700
Materiais de consumo de oficina e manutenção	10.385	10.221
Materiais elétricos e eletrônicos	2.061	1.153
Outros materiais	-	3.791
	<u>40.726</u>	<u>33.806</u>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, contempla R\$ 1.762 de provisões para desvalorização de estoques.

9 - Partes relacionadas

As transações entre as partes relacionadas podem ser demonstradas conforme abaixo:

Balço patrimonial	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo circulante		
Contas a receber (Nota 7)		
Controladora (VLI S.A.)	21	22
Subsidiárias (i)	495.027	37.847
Outras	83.147	92.948
	<u>578.195</u>	<u>130.817</u>
Ativo não circulante		
Contas a receber (Nota 7)		
Subsidiárias (i)	254.235	-
	<u>254.235</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento de capital (Nota 24)		
Subsidiárias	260.000	230.000
	<u>260.000</u>	<u>230.000</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 18)		
Controladora (VLI S.A.) (ii)	2.220	1.836
Subsidiárias (ii)	22.499	30.501
Outras	181.191	96.429
	<u>205.910</u>	<u>128.766</u>
Obrigações por arrendamento (Nota 22)		
Subsidiárias (iii)	15.883	29.571
Outros	3.321	-
	<u>19.204</u>	<u>29.571</u>
Passivo não circulante		
Obrigações por arrendamento (Nota 22)		
Subsidiárias (iii)	69.273	685.308
Outros	94.123	-
	<u>163.396</u>	<u>685.308</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração do resultado	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Receita de aluguel de terminais		
Subsidiárias	15.357	13.916
Outras	2.992	4.842
	18.349	18.758
Receita de aluguel de locomotivas e vagões		
Subsidiárias	82.842	30.513
	82.842	30.513
Outras receitas (despesas) operacionais (vi)		
Controladora (VLI S.A.)	(14.155)	(12.582)
Subsidiárias (v) e (i)	828.920	108.897
Outras	49.915	81.572
	864.680	177.887
Custos e despesas		
Custo dos serviços		
Outras	(886.226)	(830.018)
	(886.226)	(830.018)
Previdência complementar		
Outras	(6.191)	(5.802)
	(6.191)	(5.802)
Receitas (Despesas) financeiras		
Outras	48	-
	48	-

As análises de vencimentos de contas a receber de partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	815.568	109.560
Vencidos até 3 meses	6.121	7.689
Vencidos de 3 a 6 meses	152	6
Vencidos acima 6 meses	10.588	13.562
	832.429	130.817

- (i) Substancialmente representado pela venda de material rodante realizada em dezembro de 2020 da VMM para a FNS, no montante de R\$ 726.383, embasado em valor justo de mercado e com fluxo de pagamento de R\$ 472.149 em 2021 e R\$ 254.234 em 2022. Os lucros apurados na operação montam a R\$ 195.928 e foram eliminados do resultado da VMM, seguindo as premissas do ICPC 09 (Nota 15).
- (ii) Os valores a pagar no passivo circulante são referentes aos contratos de prestação de serviço ferroviário com a Vale S.A. de R\$ 179.999 (2019 – R\$ 95.238) e com FCA de R\$ 22.499 (2019 – R\$ 30.485); e ao compartilhamento de custos e despesas administrativas da VLI S.A. no montante de R\$ 2.221 (2019 – R\$ 1.836).
- (iii) Referem-se às obrigações de arrendamento de locomotivas e terminais arrendados com a FCA e FNS e vagões perante a Mitsui Rail Capital (“MRC”).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (iv) Os valores relativos a custos dos serviços em 2020 e 2019 são relacionados aos custos incorridos da prestação de serviços oriundas dos contratos entre a Companhia, a FCA e a Vale S.A.
- (v) As receitas referem-se substancialmente a multas contratuais e recuperação de despesas com a Vale e fruto dos contratos de prestação de serviço mantidos no curso ordinário do negócio da VMM
- (vi) Saldos referem-se substancialmente aos resultados líquidos com compartilhamento de gastos, representados por serviços prestados, processos transacionais de suprimentos, financeiros, recursos humanos, TI, jurídico e outros.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas com compartilhamento de gastos		
Controladora (VLI S.A.)	(14.155)	(12.582)
Subsidiárias	102.537	108.897
	<u>88.382</u>	<u>96.315</u>

9.1 – Compra de capacidade

A Companhia, na sua qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), efetua, anualmente, aquisição de direitos de capacidade excedente da Ferrovia Centro Atlântica S.A. (Nota 17).

9.2 – Remuneração do pessoal chave

A remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia, composto exclusivamente pelos diretores estatutários, é paga integralmente pela VLI S.A. (Controlador final da Companhia), com o respectivo reembolso no Grupo via contrato de compartilhamento de despesas (Nota 28(b)).

10 - Tributos antecipados sobre o lucro e tributos a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
ICMS a recuperar	16.100	33.379
PIS e COFINS a compensar	142.642	129.580
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	9.391	1.835
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	6.114	5.393
Tributos antecipados sobre o lucro IR CS	-	22.314
INSS	179	170
Outros	13.808	11.668
	<u>188.234</u>	<u>204.339</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante		
ICMS a recuperar	19.098	45.938
PIS e COFINS a compensar	100.101	110.110
Saldos de declaração – imposto de renda e contribuição social	70.563	51.804
INSS	285	1.685
Outros	2.455	2.455
	<u>192.502</u>	<u>211.992</u>
Total – tributos a recuperar	<u>380.736</u>	<u>416.331</u>

A classificação dos tributos a recuperar, do ativo circulante, foi definida com base nas estimativas de realização para os próximos 12 (doze) meses das operações da Companhia.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11 - Dividendos a receber

Os dividendos apresentados nas demonstrações financeiras individuais da VLI Multimodal, foram propostos por suas controladas diretas, sendo constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia.

Adicionalmente, foram deliberados pelo Consórcio TMIB, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a distribuição R\$ 67.126 a título de dividendos oriundos da participação no Consórcio TMIB e referentes aos lucros apurados de 2014 a 2019, tendo sido R\$ 49.922 pagos em caixa. Em 31 de dezembro de 2020, os dividendos deliberados e não pagos montam em R\$ 17.204.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, respectivamente, os dividendos a receber montam em R\$ 419.597 e R\$ 390.492.

12 - Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Prêmios de seguros pagos antecipadamente	7.241	7.243
Despesas com licença de uso de softwares	2.283	1.808
Outras	3.040	-
	<u>12.564</u>	<u>9.051</u>
Não circulante		
Subcrédito social pago antecipadamente	4.445	-
	<u>4.445</u>	<u>-</u>
	<u>17.009</u>	<u>9.051</u>

13 - Sinistros a recuperar e demais ativos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Sinistros a recuperar (a)	-	293
Total - sinistros a recuperar	<u>-</u>	<u>293</u>
Adiantamento a empregados	3.587	5.570
Adiantamento a fornecedores	140	1.545
Outras contas (b)	15.361	242
Total - demais ativos	<u>19.088</u>	<u>7.357</u>
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Não circulante		
Sinistros a recuperar (a)	12	41.428
Total - sinistros a recuperar	<u>12</u>	<u>41.428</u>
Adiantamento a fornecedores	2.544	9.749
Outros	150	-
Total - demais ativos	<u>2.694</u>	<u>9.749</u>

- (a) Os gastos relevantes com sinistros ocorridos foram apropriados no ativo não circulante por não termos evidências de reembolso por parte das seguradoras contratadas no próximo ano corrente.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Refere-se substancialmente aos recebíveis referente ao arrendamento de terminais com as controladas FCA e FNS.

14 - Depósitos judiciais e provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos.

A natureza das obrigações está descrita na Nota 14.1, sendo eventuais valores de reembolso e o momento das suas realizações incertos.

Saldos dos depósitos e processos judiciais:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais	Depósitos judiciais	Provisões para processos judiciais
Trabalhistas	887	644	960	656
Cíveis	-	13	-	2
Tributárias	-	162	4	-
	887	819	964	658

Movimentação das provisões para processos judiciais:

	31/12/2019	Adições	Baixas (i)	Juros e atualização monetária	31/12/2020
Trabalhistas	656	697	(958)	249	644
Cíveis	2	45	(37)	3	13
Tributárias	-	162	-	-	162
	658	904	(995)	252	819

(i) Não houve reversões relevantes de provisão no exercício.

14.1 - Passivos contingentes

Adicionalmente às provisões constituídas, existem outros passivos contingentes no montante aproximado de R\$ 464.505 (2019 – R\$ 306.362), referente a causas de natureza trabalhista, cível, ambiental e tributária, para os quais, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, não foram constituídas provisões por se tratarem de perdas possíveis.

As composições dos passivos contingentes por natureza podem ser assim apresentadas:

	31/12/2020	31/12/2019
Trabalhistas (a)	27.119	25.546
Cíveis (b)	48.349	34.688
Tributárias (c)	386.628	244.208
Ambientais (d)	2.409	1.920
	464.505	306.362

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (a) Trabalhistas: trata-se de reclamações trabalhistas promovidas por ex-empregados da VLIMM, bem como sindicatos e ex-empregados de empresas terceirizadas, cujos pedidos mais recorrentes e relevantes referem-se ao pagamento por horas extras; alegação de divergência de salário para funções idênticas, ensejando pedido de diferenças salariais e pedido de responsabilidade solidária da VLIMM, em decorrência de não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresas contratadas pela mesma para a prestação de serviços diversos (terceirização).
- (b) Cíveis: trata-se de demandas discutindo questões indenizatórias, promovidas por empresas contratadas pela Companhia que alegam prejuízos contratuais, além de ações anulatórias.
- (c) Tributários: trata-se, principalmente, de glosa de créditos de ICMS e autuações de ICMS relacionadas ao (i) descumprimento de obrigações acessórias, (ii) glosa de créditos, (iii) exigência do imposto sobre a transferência de bens para o mesmo titular e ausência de retorno de bens remetidos para reparo/conserto no prazo regulamentar.
- (d) Ambientais: trata-se de demandas cuja discussão se refere à alegação dos órgãos ambientais, Ministério Público e Prefeituras, de que a Companhia teria descumprido alguma obrigação ambiental, ou sua atividade tenha gerado algum impacto ambiental, impondo multas diversas à Companhia.

Sumário das principais causas:

Natureza	Tipo de ação	Valor em risco possível – 31/12/2020	Breve descrição do processo
TRIBUTÁRIO	AUTO DE INFRAÇÃO	R\$ 129.609	Objeto: Cobrança de ISSQN supostamente incidente sobre serviços portuários de carga e descarga nos terminais marítimos TPD (Terminal de Produtos Diversos), TPM ("Terminal de Praia Mole") e TGL. Andamento atual: Impugnação apresentada e pendente de julgamento em 1ª instância administrativa.
TRIBUTÁRIO	Auto de Infração/Impugnação	R\$ 100.257	Objeto: Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, sob o entendimento de que a empresa, no período compreendido pela autuação, estaria obrigada ao recolhimento da Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) prevista no art. 8º da Lei Federal nº 12.546/11. Sustentou-se a insubsistência do lançamento sob o fundamento de que a atividade principal da empresa consistiria na Prestação de Transporte Ferroviário de Cargas, conforme CNAE (49-11-6/00), visto que (i) sequer detém o direito de concessão para a exploração de tal serviço; (ii) a operacionalização do serviço é realizada mediante a contratação de reserva de capacidade com as empresas concessionárias; (iii) a mera inscrição no CNAE no código 49-11-6/00 não é hipótese de incidência do tributo e; (iv) a necessidade de inscrição no CNAE em diversas classificações econômicas, de forma a abranger todas as atividades desenvolvidas pela empresa, visando possibilitar o cumprimento das obrigações fiscais acessórias. Além, defendeu a necessidade de exclusão do ICMS, ISS, PIS e COFINS da base de cálculo da CPRB e a imunidade constitucional em relação às receitas de exportação para fins de exclusão da base da contribuição em tela. Andamento atual: Administrativo – Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário interposto

15 - Investimentos

15.1 - Movimentação dos investimentos

	31/12/2020						
	FCA	FNS	UF	VLILL	VLI Sol	TMIB	VLI Multi
Saldo no final em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado – Nota 5)	4.848.579	2.342.835	1.525.824	1.645	1	85.623	8.804.507
Constituição de reserva de capital	419.892	-	109.997	-	-	-	529.889
Aumento de capital	108	-	3	-	-	-	111
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25(b))	-	-	1.924	-	-	-	1.924
Resultado de equivalência patrimonial							
Resultado das controladas	(113.649) (i)	294.366	49.183	-	-	7.027	236.927
Dividendos propostos	-	(54.454)	(11.681)	-	-	(67.126)	(133.261)
Resultados não realizados - IFRS 16 (ii)	(25.216)	(3.087)	-	(1.645)	-	-	(29.948)
Resultados não realizados – venda de ativos	(2.234)	(195.928)	-	-	-	-	(198.162)
Baixa resultados não realizados – venda de ativos	16	624	-	-	-	-	640
Outros	67	(596)	-	-	-	-	(529)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2020	5.127.563	2.383.760	1.675.250	-	1	25.524	9.212.098

(i) Líquido dos efeitos de R\$ 7.585 referente a contrato de arrendamento com parcela de obrigação na FCA e na VMM e cujos efeitos patrimoniais foram apresentados em direito de uso e obrigações de arrendamento.

(ii) Resultados intragrupo não realizados advindos da implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16. Contempla (R\$ 49.676) dos efeitos de encerramento voluntário de contratos de material rodante mantidos com FCA e FNS (Notas 16 e 22).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)						
	FCA	FNS	UF	VLILL	VLI Sol	TMIB	VLI Multi
Saldo no final em 31 de dezembro de 2018	4.376.644	2.422.325	1.344.417	45.674	1	73.974	8.263.035
Constituição de reserva de capital	525.687	-	-	-	-	-	525.687
Aumento de capital	24.313	-	210.000	-	-	-	234.313
Ajuste de avaliação patrimonial (Nota 25(b))	-	-	(13.529)	-	-	-	(13.529)
Resultado de equivalência patrimonial							
Resultado das controladas	(98.652) (i)	292.099	(15.064)	24.874	-	11.649	214.906
Dividendos propostos	-	(219.583)	-	-	-	-	(219.583)
Dividendos adicionais	-	(160.417)	-	(23.672)	-	-	(184.089)
Resultados não realizados - IFRS 16 (ii)	23.914	8.411	-	1.645	-	-	33.970
Resultados não realizados – venda de ativos	(3.327)	-	-	-	-	-	(3.327)
Incorporação da VLILL na VLIMM	-	-	-	(46.876)	-	-	(46.876)
Saldo no final em 31 de dezembro de 2019 (Reapresentado – Nota 5)	4.848.579	2.342.835	1.525.824	1.645	1	85.623	8.804.507

(i) Líquido dos efeitos de R\$ 9.138 referente a contrato de arrendamento com parcela de obrigação na FCA e na VMM e cujos efeitos patrimoniais foram apresentados em direito de uso e obrigações de arrendamento.

(ii) Resultados intragrupo não realizados advindos da implementação do CPC 06 (R2) / IFRS 16.

Reconciliação equivalência patrimonial:

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)
Equivalência patrimonial – DRE	18.686	254.189
Efeito MRC 27	(7.584)	(9.139)
Resultados não realizados – IFRS 16	29.948	(33.970)
Baixa efeitos remanescentes VLILL	(1.645)	-
Resultados não realizados – venda de ativos	198.161	3.327
Baixa resultados não realizados – venda de ativos	(639)	-
Outros	-	499
	236.927	214.906

15.2 - Informações sobre controladas

	31/12/2020					
	%	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
	Participação					
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	136.242.616	8.863.760	3.724.649	5.139.111	(113.649)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	4.305.674	1.731.340	2.574.334	294.366
Ultrafertil S.A.	85,64	4.057.930	3.774.235	1.818.079	1.956.156	57.430
TMIB	50%	n/a	92.567	60.064	32.503	14.053
	31/12/2019					
	%	Número de ações ordinárias e quotas	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
	Participação					
Ferrovia Centro Atlântica S.A.	99,99%	125.445.681	8.878.398	4.045.638	4.832.760	(98.653)
Ferrovia Norte Sul S.A.	100,00%	1.835.966.791	3.168.093	833.670	2.334.423	292.099
Ultrafertil S.A.	84,77%	3.786.786	3.687.579	1.887.622	1.799.957	(17.771)
TMIB	50%	n/a	179.705	27.002	152.703	23.298

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 - Imobilizado

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	269.264	561.768	2.904.688	13.075	74.448	5.185	3.828.428
Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	902.305	-	-	-	902.305
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	5.707	-	-	-	5.707
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	46.631	-	-	-	46.631
Baixas CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	(129.167)	-	-	-	(129.167)
Incorporação VLILL 31/08/19	-	-	773.831	-	-	-	773.831
Adições	-	-	-	-	266.500	-	266.500
Baixas	-	-	(14.899)	-	-	-	(14.899)
Transferências	6.602	155.320	8.659	-	(191.416)	1	(20.834)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	275.866	717.088	4.497.755	13.075	149.532	5.186	5.658.502
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(22.895)	(119.128)	(365.793)	(1.571)	-	(860)	(510.247)
Incorporação VLILL 31/08/19	-	-	(135.800)	-	-	-	(135.800)
Adições	(4.644)	(65.659)	(99.144)	(313)	-	(610)	(170.370)
Adições IFRS 16	-	-	(121.880)	-	-	-	(121.880)
Baixas IFRS 16	-	-	31.312	-	-	-	31.312
Baixas	-	-	1.911	-	-	-	1.911
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(27.539)	(184.787)	(689.394)	(1.884)	-	(1.470)	(905.074)
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	275.866	717.088	4.497.755	13.075	149.532	5.186	5.658.502
Correções monetárias CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	50.342	-	-	-	50.342
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	109.484	27.110	-	-	-	136.594
Baixas CPC 06 (R2) / IFRS 16 (c)	-	-	(787.581)	-	-	-	(787.581)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(97)	1.662	-	-	-	1.565
Adições	-	-	-	-	146.207	-	146.207
Baixas (d)	-	(3)	(642.493)	-	-	-	(642.496)
Transferências	6.296	67.124	(4)	604	(119.282)	-	(45.262)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	282.162	893.596	3.146.791	13.679	176.457	5.186	4.517.871

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>Terrenos, edifícios e benfeitorias</u>	<u>Máquinas, equipamentos, instalações e veículos</u>	<u>Locomotivas e vagões</u>	<u>Via permanente</u>	<u>Imobilizado em andamento (a)</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Valor de depreciação							
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(27.539)	(184.787)	(689.394)	(1.884)	-	(1.470)	(905.074)
Adições	(4.739)	(66.244)	(115.157)	(364)	-	(613)	(187.117)
Adições CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	(12.773)	(96.705)	-	-	-	(109.478)
Outros CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	-	3.499	-	-	-	3.499
Baixas CPC 06 (R2) / IFRS 16 (c)	-	-	180.264	-	-	-	180.264
Baixas	-	-	118.521	-	-	-	118.521
Transferências	-	1.254	-	-	-	-	1.254
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(32.278)	(262.550)	(598.972)	(2.248)	-	(2.083)	(898.131)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	248.327	532.301	3.808.361	11.191	149.532	3.716	4.753.428
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	249.884	631.046	2.547.819	11.431	176.457	3.103	3.619.740

A Companhia não concedeu bens em penhora como garantia do juízo, em atendimento às suas execuções judiciais.

- O imobilizado em andamento está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, aquisição, recuperação, modernização de vagões, construção de oficina e postos de abastecimento, obras nos postos, oficinas e pátios.
- Em 31 de dezembro de 2020, os direitos de uso de arrendamento registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e referentes a locomotivas, vagões e terminais montam respectivamente a R\$ 51.398, R\$ 62.002 e R\$ 96.499 (2019 - R\$ 49.689, R\$ 538.190 e R\$ 147.029).
- Baixa dos contratos de material rodante mantidos com as controladas FCA e FNS. Vide Nota 22.
- Substancialmente representado pelos efeitos de baixa de ativos referentes a venda de material rodante realizada em dezembro de 2020 da VMM para a FNS e embasada em valor justo de mercado (Notas 9 e 15).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17 - Intangível

	Direitos de uso (a)	Benfeitorias em bens arrendados (b)	Intangível em andamento (c)	Outros (d)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	2.542.633	236.014	39.320	25.503	2.843.470
Adições	-	-	638.643	-	638.643
Transferências	620.467	17.957	(608.933)	(9.486)	20.005
Saldo em 31 de dezembro de 2019	3.163.100	253.971	69.030	16.017	3.502.118
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2019	(2.542.633)	(47.649)	-	(1.406)	(2.591.688)
Adições	(620.467)	(15.413)	-	(1.240)	(637.120)
Transferências	-	-	-	828	828
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(3.163.100)	(63.062)	-	(1.818)	(3.227.980)
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	3.163.100	253.971	69.030	16.017	3.502.118
Adições	-	-	640.000	-	640.000
Baixas	-	(327)	-	-	(327)
Transferências	633.378	54.689	(642.899)	-	45.168
Saldo em 31 de dezembro de 2020	3.796.478	308.333	66.131	16.017	4.186.959
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2020	(3.163.100)	(63.062)	-	(1.818)	(3.227.980)
Adições	(632.618)	(20.705)	-	(909)	(654.232)
Baixas	-	-	-	-	-
Transferências	-	(1.160)	-	-	(1.160)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(3.795.718)	(84.927)	-	(2.727)	(3.883.372)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2020	-	190.909	69.030	14.199	274.138
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2020	760	223.406	66.131	13.290	303.587

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Direitos de uso são compostos por:

- (i) Contrato celebrado entre Vale S.A. e VLI Multimodal S.A. - A Companhia adquiriu da Vale S.A. o direito de opção de reservar a capacidade produtiva das ferrovias - Estrada de Ferro Carajás e Estrada de Ferro Vitória - Minas ("EFC" e "EFVM" respectivamente), destinada à prestação de serviços de transportes de carga geral, objeto da concessão conferida a Vale S.A.

A opção do direito de reserva de capacidade é calculada com base nos ativos destinados à prestação dos serviços de transporte ferroviários de carga geral para as quais a Vale S.A. reservou a capacidade de transporte. A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a Vale S.A. e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O contrato se enquadra dentro das operações da Companhia e não se refere à operação com expectativa de ganho financeiro ou especulativo.

- (ii) Contrato celebrado entre Ferrovia Centro Atlântica S.A. e VLI Multimodal S.A. - O exercício da opção da Reserva de Capacidade celebrado com a Ferrovia Centro Atlântica S.A. garante a Companhia a capacidade dos serviços, podendo ser negociada, na qualidade de operador de transporte multimodal (OTM), com clientes e terceiros interessados, desde que sua atuação comercial esteja pautada de acordo com as normas da Concessão da Malha Centro-Leste.

Será devido a FCA, o valor de R\$ 111.187 anuais, calculados com base na remuneração de seus ativos, proporcionais aos volumes transportados no corredor centro-leste. Sua remuneração será apurada até o dia 15 de janeiro de cada ano e será reajustada anualmente pelo índice geral de preços médios (IGP-M). A vigência deste direito contratual está vinculada à concessão ferroviária celebrada entre a FCA e a União Federal.

O prazo de amortização dos direitos foi limitado ao período de vigência do contrato de opção de reserva de capacidade. A referida opção foi efetuada em base anual sendo renovável pelo mesmo período.

O Direito a reserva de capacidade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

- (iii) Aquisição dos direitos contratuais de propriedade da Log in Intermodal S.A. - Direito contratual adquirido para execução dos transportes multimodais de cargas containerização na malha Centro Oeste, objeto de concessão conferida a FCA. O contrato foi reconhecido pelo custo de aquisição e será amortizado pelo período do contrato de concessão, celebrado entre a FCA e a União Federal.
- (iv) Direitos de exclusividade da Vale S.A. - Refere-se ao direito de exclusividade intransferível da VLI Multimodal S.A. de contratar a prestação exclusiva dos serviços portuários e acessórios prestados pela Vale S.A, nos terminais, resguardada e excluída da exclusividade, tão somente, a operação portuária das cargas próprias da Vale S.A. e de suas empresas coligas e controladas.

A Vale S.A. é titular de autorização para exploração dos terminais portuários privativos de uso misto, Terminal Privativo de Uso Misto de Praia Mole (TPM), Terminal de Produtos Diversos - ("TPD") e Terminal de Granéis Líquidos - ("TGL"), todos na cidade de Vitória/ES.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Direito de Exclusividade será aplicado para um período anual, iniciando-se no dia 01 de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro do respectivo ano e será renovado automaticamente.

O valor a ser pago anualmente será em função dos custos efetivamente realizados pela Vale S.A. para a prestação dos serviços.

(b) As benfeitorias em propriedades arrendadas estão vinculadas ao contrato de arrendamento com a extinta RFFSA, sucedida pela União em 2007, conforme Lei 11.483/2007. O prazo de amortização das benfeitorias em instalações da via permanente arrendada foi limitado ao período de vigência do contrato de arrendamento.

(c) O intangível em andamento é resultante dos investimentos correntes e de capital, como investimentos em via permanente, a expansão de pátios e terminais, construção de oficinas, pátios e viadutos.

(d) Trata-se substancialmente da alocação do valor justo do preço de compra ("PPA") da VLILL e ocorrido em 2018. Saldos são amortizados em no prazo de 18 anos.

18 - Fornecedores e Contas a pagar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante		
Fornecedores - terceiros (a)	122.179	155.699
Fornecedores - partes relacionadas	205.910	128.766
	<u>328.089</u>	<u>284.465</u>
Contas a pagar (b)	981	2.703
	<u>981</u>	<u>2.703</u>
	<u>329.070</u>	<u>287.168</u>

(a) Vide abertura abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Mercado interno	122.179	154.861
Mercado externo	-	838
	<u>122.179</u>	<u>155.699</u>

(b) A Companhia possui convênios com instituições financeiras, que permitem que determinados fornecedores nacionais tenham a possibilidade de ceder recebíveis da Companhia junto às instituições financeiras.

Até 31 de dezembro de 2020, os títulos a pagar totalizavam R\$ 981, sendo R\$ 755 com prazo de pagamento de 360 dias, sendo o último vencimento a pagar em 2 de agosto de 2021. As demais aquisições totalizaram R\$ 226 com prazos de pagamentos de até 90 dias.

Até 31 de dezembro de 2019 as aquisições totalizavam R\$ 2.703 com prazo médio de pagamento de 90 dias, sendo o último vencimento em 4 de março de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19 - Empréstimos, financiamentos e debêntures

	<u>Encargos financeiros</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Circulante			
FINAME	TJLP+3% a.a. IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27%	337.285	336.670
FINEM	TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	194.763	169.154
Certificado de recebíveis do agronegócio - ("CRA")	95% a 99,5% CDI	2.765	7.563
Certificado de recebíveis imobiliários - ("CRI")	TR + 7,00% a.a.	1.059	34
NCE	110% CDI até CDI + 1,40% USD + 2,87% a USD + 3,94%	335.403	5.875
Empréstimos no exterior	(110,30% CDI a 116,9% CDI - Swap)	9.034	9.154
Custo de transação		<u>(11.637)</u>	<u>(6.148)</u>
		868.672	522.302
Debêntures	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a. 107,1% CDI - Swap	210.029	302.574
Custo de transação		<u>(851)</u>	<u>(1.706)</u>
		209.178	300.868
Total circulante		1.077.850	823.170
Não circulante			
FINAME	TJLP+3%aa IPCA + 4,69% a IPCA + 5,27%	997.498	1.317.947
FINEM	TJLP + 1,81% a.a a TJLP + 5,15% a.a.	787.150	861.399
Certificado de recebíveis do agronegócio - ("CRA")	95% a 99,5% CDI	460.000	460.000
Certificado de recebíveis imobiliários - ("CRI")	TR + 7,00% a.a.	181.193	181.193
NCE	110% CDI até CDI + 1,40% USD + 2,87% a USD + 3,94%	1.200.000	700.000
Empréstimos no exterior	(110,30% CDI a 116,9% CDI - Swap)	2.564.081	1.941.507
Custo de transação		<u>(19.684)</u>	<u>(23.633)</u>
		6.170.238	5.438.413
Debêntures	IPCA + 6,05% a.a a IPCA + 6,88% a.a. 107,1% CDI - Swap	136.068	321.349
Custo de transação		<u>(533)</u>	<u>(1.204)</u>
		135.535	320.145
Total não circulante		6.305.773	5.758.558
		7.383.623	6.581.728

VLI MULTIMODAL S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

19.1 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	31/12/2018	Adição				Amortização			Ajuste ao valor justo do objeto de hedge (Nota 29)	Incorporação VLILL (Nota 1(a))	31/12/2019
		Principal	Juros apropriados	Correção monetária, e variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação			
FINAME	1.203.697	22.393	69.732	158	-	(239.956)	(57.043)	-	-	655.636	1.654.617
FINEM	1.181.504	-	96.221	3.501	-	(146.579)	(104.094)	-	-	-	1.030.553
CRA	766.702	-	32.383	-	-	(294.500)	(37.022)	-	-	-	467.563
CRI	218.046	-	20.979	-	-	(36.853)	(20.945)	-	-	-	181.227
NP	428.208	-	27.843	-	-	(400.000)	(56.051)	-	-	-	-
NCE	-	700.000	5.875	-	-	-	-	-	-	-	705.875
Debêntures	480.000	120.000	27.424	22.277	-	-	(31.034)	-	5.256	-	623.923
Empréstimos no exterior	969.295	925.816	48.328	40.454	-	-	(41.547)	-	8.315	-	1.950.661
Custos de transação	(32.741)	-	-	-	(7.528)	-	-	7.578	-	-	(32.691)
	5.214.711	1.768.209	328.785	66.390	(7.528)	(1.117.888)	(347.736)	7.578	13.571	655.636	6.581.728

	31/12/2019	Adição				Amortização			Ajuste ao valor justo do objeto de hedge (Nota 29)	31/12/2020
		Principal	Juros apropriados	Correção monetária, e variação cambial	Custos de transação	Principal	Juros Pagos	Custos de transação		
FINAME	1.654.617	-	82.880	-	-	(320.449)	(82.265)	-	-	1.334.783
FINEM	1.030.553	-	77.224	-	-	(86.910)	(38.954)	-	-	981.913
CRA	467.563	-	12.434	-	-	-	(17.232)	-	-	462.765
CRI	181.227	-	12.651	-	-	-	(11.626)	-	-	182.252
NCE	705.875	825.000	51.962	-	-	-	(47.434)	-	-	1.535.403
Debêntures	623.923	-	31.648	10.571	-	(232.358)	(91.658)	-	3.971	346.097
Empréstimos no exterior	1.950.661	-	73.254	559.036	-	-	(76.607)	-	66.771	2.573.115
Custos de transação	(32.691)	-	-	-	(11.644)	-	-	11.630	-	(32.705)
	6.581.728	825.000	342.053	569.607	(11.644)	(639.717)	(365.776)	11.630	70.742	7.383.623

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa	Em 31 de dezembro de 2019		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	1.768.209	1.760.681	-
Custos de transação expurgados da DFC	(7.528)		
Pagamento de principal e juros	(1.117.888)	(1.117.688)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(347.736)	(347.736)	-

Reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa	Em 31 de dezembro de 2020		
	Nota de empréstimos	Demonstração dos fluxos de caixa	Diferença
Captação de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	825.000	813.356	-
Custos de transação expurgados da DFC	(11.644)		
Pagamento de principal e juros	(639.717)	(639.717)	-
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	(365.776)	(365.776)	-

19.2 - Parcelas de longo prazo dos empréstimos, financiamentos e debêntures

	31/12/2020	31/12/2019
De um a dois anos	1.149.233	704.592
De dois a três anos	1.878.616	1.000.106
De três a quatro anos	2.174.838	1.677.633
De quatro a cinco anos	915.998	1.926.943
Acima de cinco anos	187.088	449.284
	6.305.773	5.758.558

19.3 - Garantias

A Companhia concedeu garantias para parte de seus financiamentos, conforme indicado no quadro abaixo:

	31/12/2020	Garantias
VLI Multimodal		
FINAME ano 2012	27.109	Fiança bancária
FINAME anos 2013 a 2018	1.725.076	Alienação fiduciária de material rodante (i)
FINEM	816.364	Cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de material rodante (i)
	2.568.549	

(i) Saldos das garantias de alienação fiduciária atreladas as captações, em 31 de dezembro de 2020.

As garantias cobrem a totalidade dos saldos remanescentes dos financiamentos listados acima.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Avais e fianças

A VLI S.A. é avalista de parte significativa do endividamento da Companhia.

No contexto das companhias pertencentes ao Grupo, as cartas fianças contratadas junto às instituições financeiras estão relacionadas aos processos judiciais cíveis, fiscais, trabalhistas e tributárias, além de contratos comerciais e de empréstimos e financiamentos e montam, no Grupo e na Companhia a R\$ 27.110 (2019 – R\$ 101.902) e R\$ 27.110 (2019 – R\$ 82.482), respectivamente.

A Companhia não exige garantias com relação a contas a receber de clientes e outros recebíveis. A Companhia não tem contas a receber de clientes e ativos de contrato para os quais nenhuma provisão de perda é reconhecida por causa da garantia.

19.4 - Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia possuía as seguintes linhas de crédito contratadas e não desembolsadas:

	<u>Data da abertura</u>	<u>Prazo de utilização</u>	<u>Montante disponível em 31/12/2020</u>
VLI Multimodal			
Linha de crédito rotativo - Libor 6m + 2% a.a.	Novembro de 2018	3 anos	<u>259.835</u>
			<u>259.835</u>

19.5 - Covenants

A Companhia possui em alguns contratos de dívidas com cláusulas não financeiras e os seguintes *covenants* financeiros com obrigação de medição anual apurados através das demonstrações financeiras consolidadas da VLI S.A.:

- dívida líquida / EBITDA (LAJIDA – Lucro antes do resultado financeiro, depreciação e amortização e outras despesas e receitas não operacionais) e;
- patrimônio líquido / ativo total.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia atendeu a todos os *covenants* financeiros e não financeiros.

20 - Tributos a recolher e tributos a recolher sobre o lucro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributos a recolher		
ICMS	19.215	525
Imposto de renda retido na fonte	3.544	3.583
PIS e COFINS	1.409	1.795
ISS	7.510	7.521
Outros	-	695
	<u>31.678</u>	<u>14.119</u>
Tributos a recolher sobre o lucro		
Imposto de renda e contribuição social	<u>105.886</u>	<u>22.321</u>
	<u>105.886</u>	<u>22.321</u>
	<u>137.564</u>	<u>36.440</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 - Obrigações sociais e trabalhistas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Salários e encargos	5.082	9.261
Provisão para férias e 13º salário	17.239	17.359
Benefícios trabalhistas	699	733
Participação nos resultados	43.934	45.507
Outros	202	114
	<u>67.156</u>	<u>72.974</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

22 - Arrendamento

	31/12/2018	Efeitos adoção inicial CPC 06 (R2) / IFRS 16	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Baixas	31/12/2019
Vagões	-	570.491	(94.644)	47.409	260	37.492	-	561.008
Locomotivas	-	331.814	(64.771)	19.782	5.447	-	(96.209)	196.063
	-	902.305	(159.415)	67.191	5.707	37.492	(96.209)	757.071
Circulante	-							31.220
Não circulante	-							725.851

	31/12/2019	Pagamentos	Juros apropriados	Atualizações monetárias	Adições	Baixas (i)	Outros	31/12/2020
Vagões	561.008	(118.965)	50.251	39.104	27.110	(507.902)	(125)	50.481
Terminais	-	(13.874)	1.834	-	109.484	-	-	97.444
Locomotivas	196.063	(29.413)	13.398	11.238	-	(149.081)	(7.530)	34.675
	757.071	(162.252)	65.483	50.342	136.594	(656.983)	(7.655)	182.600
Circulante	31.220							19.204
Não circulante	725.851							163.396

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, refere-se as obrigações por arrendamento de locomotivas, terminais e vagões, que foram registradas em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em dezembro de 2020, os contratos de arrendamento de vagões e locomotivas mantidos com as controladas FCA e FNS e com expiração original em 2027 foram voluntariamente encerrados pela Companhia. A extinção voluntária não acarretou multas. Os efeitos da baixa de arrendamento foram:

Baixa ativo de arredamento (Nota 16) – (R\$ 607.307)
Baixo do passivo de arrendamento – R\$ 656.983
Efeito líquido de baixa ao resultado – R\$ 49.676
Baixa dos resultados não realizados – investimentos (Nota 15) (R\$ 49.676)

Abaixo segue a mensuração dos efeitos no resultado de contratos que não estão incluídos no passivo de arrendamento:

	<u>Em 31 de dezembro de 2020</u>
Arrendamentos de curto prazo	2.224
Pagamentos variáveis não reconhecidos nos arrendamentos	1.811
Ativos de baixo valor	2.327
Ativos nos quais não se qualifica controle	9.639
	<u>16.001</u>

22.1 – Direito potencial de PIS/COFINS a recuperar

Segue quadro indicativo do direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamentos previstos para pagamento.

	<u>31/12/2020</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	16.891	29.053

	<u>31/12/2019</u>	<u>Direito potencial</u>
	<u>Valor presente</u>	<u>Fluxo de caixa nominal</u>
Contraprestação de arrendamento	70.030	115.568

22.2 - Impacto pela projeção de inflação nos fluxos de caixa descontados

Em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16, na mensuração do passivo de arrendamento e do direito de uso, a Companhia utilizou a técnica do fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada, conforme exigência das normas.

Em atendimento ao Ofício-circular 02/2019 da CVM e dada a realidade atual das taxas de juros no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre as informações registradas em conformidade com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 e os valores que se teriam registrados, fossem consideradas as inflações projetadas.

As variações discriminadas são fruto não somente da inserção nos fluxos de caixa dos efeitos de inflação previstos, bem como os efeitos de desconto dos fluxos de caixa pelas taxas incrementais listadas na Nota 2(d).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Em 31 de dezembro de 2020		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	182.600	196.254	7,5%
Direito de uso	209.899	222.307	5,9%
Despesas financeiras (brutas)	(65.483)	(68.831)	5,1%
Depreciação (brutas)	(106.193)	(104.438)	(1,7%)

	Em 31 de dezembro de 2019		
	Saldo conforme CPC 06 (R2) / IFRS 16	Saldo com projeção da inflação	Variação - %
Passivo de arrendamento	757.071	896.726	18,4%
Direito de uso	734.908	848.432	15,4%
Despesas financeiras (brutas)	(67.191)	(79.443)	18,2%
Depreciação (brutas)	(121.880)	(134.758)	13,0%

22.3 - Compromissos futuros de arrendamento

Os compromissos futuros de arrendamento já existentes em 31 de dezembro de 2020, mas não registrados nos balanços montam a:

	Fluxo de caixa real	Fluxo de caixa nominal
Vagões – agosto de 2021	6.642	7.148
Locomotivas – dezembro de 2025	55.168	57.599

23 - Dividendos propostos

Os dividendos foram constituídos conforme previsto no estatuto social da Companhia, que definiu uma remuneração mínima de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.

As propostas da administração para distribuição dos resultados dos exercícios foram a seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)
Lucro líquido do exercício	3.860	39.249
Reserva legal - 5%	(193)	(1.962)
Base de cálculo do dividendo mínimo obrigatório	3.667	37.287
Dividendo mínimo obrigatório - 25% (i)	917	9.321
Dividendos 2015/2016 – ainda não pagos	100.267	100.267
Dividendos mínimos propostos a pagar	101.184	109.588

(i) Em 31 de dezembro de 2019, distribuição mínima estipulada com base nos valores originalmente divulgados (Nota 5).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

24 - Adiantamentos para futuro aumento de capital

Estes adiantamentos foram concedidos em caráter irrevogável e sem vencimento específico, sendo capitalizados à medida que são aprovados em assembleia geral dos acionistas. A quantidade de ações emitidas em decorrência da capitalização dos AFACs é determinada no momento da aprovação do aumento de capital pelos acionistas, não sendo, portanto, fixadas no momento da concessão dos mesmos. Estes valores foram tratados como instrumento financeiro. Em 31 de dezembro de 2020 monta em R\$ 260.000 (2019 - R\$ 230.000).

25 - Patrimônio líquido

(a) Capital social

O capital social da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 8.238.854, representado por 380.101.007.254 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

<u>Acionistas</u>	<u>Capital social em R\$</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>Participação %</u>
VLI S.A.	8.238.854.486,76	380.101.007.254	100,0%
	<u>8.238.854.486,76</u>	<u>380.101.007.254</u>	<u>100,0%</u>

(b) Ajustes de avaliação patrimonial

Em 31 de dezembro de 2020, os ajustes de avaliação patrimonial referem-se substancialmente a:

- perdas atuariais no montante de (R\$ 32.034) (2019 – (R\$ 34.094)) e resultantes da variação no valor presente das obrigações de benefício definido da Controlada Ultrafertil, em razão de mudanças no equilíbrio do plano de previdência complementar;
- efeitos do registro da opção de compra de ações no montante de (R\$ 20.619), exercidas pela VLI Multimodal S.A. em 2012 e referentes ao contrato de opção de compra e venda de ações firmado em 2000 pela Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - Valia e a VLI Multimodal S.A. e registrado em linha com o CPC 08 (R1) / IAS 32, e;
- (R\$ 729) (2019 – (R\$ 593)) referente aos efeitos de diluição da controlada Ultrafertil por conta dos aumentos de capital ocorridos nos exercícios.

(c) Reservas de lucros

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva de expansão é destinada a cobrir o orçamento de capital tendo sido constituída com a finalidade de financiar os investimentos da Companhia.

A reserva de incentivos fiscais refere-se aos benefícios concedidos pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste até dezembro de 2024.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias apuradas no exercício. Não há qualquer efeito de diluição no cálculo do prejuízo por ação.

	<u>31/12/2020</u>
Cálculo da média ponderada das ações	
Lucro líquido do exercício	3.860
(380.101.007.253 x 12/12)	<u>380.101.007.253</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>0,00001</u>
	31/12/2019
	(Reapresentado
	- Nota 5)
Cálculo da média ponderada das ações	
Lucro líquido do exercício	74.301
(380.101.007.253 x 12/12)	<u>380.101.007.253</u>
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	<u>0,00020</u>

26 - Receitas líquida dos serviços prestados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita Bruta		
Receitas de transporte ferroviário e serviços acessórios	2.090.301	2.155.151
Receita de aluguel de locomotivas e terminais	98.516	47.758
Receitas de serviços portuários	814.584	737.064
Receita de transporte rodoviário	120.731	78.829
	<u>3.124.132</u>	<u>3.018.802</u>
Descontos		
Descontos concedidos	(2.741)	(1.016)
	<u>(2.741)</u>	<u>(1.016)</u>
Impostos sobre serviços		
ISS	(41.991)	(42.391)
ICMS	(151.658)	(151.672)
PIS	(32.112)	(31.468)
COFINS	(147.925)	(146.188)
	<u>(373.686)</u>	<u>(371.719)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>2.747.705</u>	<u>2.646.067</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 - Custo dos serviços prestados

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(142.825)	(104.331)
Material	(33.174)	(17.479)
Combustíveis	(54.584)	(34.312)
Serviços contratados	(208.728)	(144.286)
Partilha de frete	620	1.307
Serviços transportes ferroviários / portuários	(1.313.746)	(1.183.308)
Depreciação e amortização (ii)	(861.094)	(888.852)
Tributos e taxas	(4.578)	(1.827)
Aluguéis	(19.680)	(29.812)
Seguros	(12.627)	(12.363)
Utilities	(8.352)	(7.418)
Viagens	(2.006)	(5.074)
Outros	(6.145)	4.521
	<u>(2.666.919)</u>	<u>(2.423.234)</u>

(i) Contempla R\$ 109.478 (2019 – R\$ 121.880) referentes a depreciação e amortização dos direitos de uso de arrendamento e que foram registrados em linha com CPC 06 (R2) / IFRS 16, líquidos de R\$ 10.688 (2019 – R\$ 8.133) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM através do Ofício-circular 02/2019.

28 - Receitas (despesas) operacionais

(a) Despesas com vendas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(11.580)	(12.310)
Material	(20)	(51)
Serviços contratados	(2.065)	(1.252)
Aluguéis	(4)	(101)
Utilities	(1)	(78)
Viagens	(197)	(963)
Outros	(67)	(296)
	<u>(13.934)</u>	<u>(15.051)</u>

(b) Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal	(116.716)	(100.200)
Material	(713)	(794)
Combustíveis	(47)	(52)
Serviços contratados	(31.757)	(55.588)
Compartilhamento de gastos (i)	(14.155)	(11.071)
Depreciação e amortização	(26.190)	(30.409)
Tributos e taxas	(1.465)	(1.424)
Aluguéis	(759)	(2.869)
Utilities	(74)	(856)
Viagens	(904)	(6.144)
Outros	(6.226)	(5.205)
	<u>(199.006)</u>	<u>(214.612)</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Em 30 de dezembro 2011, considerando que a Companhia é controlada direta da VLI S.A. foi celebrado entre as partes um acordo de cooperação para compartilhamento de custos para a realização de atividades administrativas nas áreas comercial, financeira e planejamento, administrativa, gestão integrada, jurídica, regulatório, comunicação e RH.

O critério para o compartilhamento de tais custos e despesas é determinado em virtude da especificidade de cada uma das áreas envolvidas, levando-se em consideração (i) a natureza e os custos das atividades desenvolvidas pelas áreas compartilhadas ou (ii) a proporção da Companhia no somatório das receitas entre ele e sua controladora. O prazo de vigência do referido acordo é até 2027.

(c) Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras receitas operacionais		
Venda de materiais	33.587	20.047
Venda de ativos (ii)	726.383	206
Compartilhamento de despesas	102.538	108.897
Recuperação de despesas	12.664	16.260
<i>Take or pay</i> (i)	91.630	55.869
Multas contratuais	-	1.026
Indenizações de clientes	696	13.603
Receita direito acesso	9.284	9.284
Aluguéis	1.003	263
Outros	31.744	-
	<u>1.009.529</u>	<u>225.455</u>
Outras despesas operacionais		
Tributárias	(30.472)	(13.085)
Baixa de ativos (ii)	(525.278)	(12.989)
Custo com venda de materiais	(2.041)	(1.803)
Perda de recebíveis	(6.312)	(3.625)
Pesquisa e desenvolvimento	(13.047)	(13.434)
Provisão para desvalorização de estoque	(1.763)	-
Processos judiciais	(2.470)	(4.060)
Provisão para processos judiciais	(49)	(82)
Indenizações	(23.870)	(24.191)
Outras operacionais	-	(83)
	<u>(605.302)</u>	<u>(73.352)</u>
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	<u>404.227</u>	<u>152.103</u>

- (i) Conforme cláusulas de penalidades se ocorrer descumprimentos nos quantitativos de volumes, constantes do contrato de transporte ferroviário de cargas, as partes envolvidas estarão sujeitas ao pagamento de bônus e multas compensatórias (*Take or Pay*).
- (ii) Substancialmente referente aos efeitos de alienação de material rodante à FNS (Notas 9, 15 e 16).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

29 - Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receitas financeiras		
Aplicação mercado financeiro	34.540	59.870
Juros, taxa e multas de mora	2.982	-
Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> - realizados (i)	13.700	63.835
Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> (i)	675.475	52.664
Reversão de perdas por redução ao valor recuperável (Nota 7)	1.350	-
Instrumentos financeiros derivativos - NDF realizadas	-	14
Outras	-	837
	<u>728.047</u>	<u>177.220</u>
Despesas financeiras		
Despesas com IOF	(494)	(309)
Despesas com seguro garantia	(29)	(633)
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos (i)	(342.053)	(328.785)
Encargos com custo de transação de empréstimos e financiamentos	(11.630)	(7.578)
Encargos por atraso	(1.156)	(4.605)
Imposto de renda sobre juros no exterior	(9.986)	(5.754)
Despesas com PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(2.264)	(2.860)
Despesas com comissão de fiança	(636)	(999)
Juros, taxas e multas	(301)	(1.768)
Instrumentos financeiros derivativos - instrumentos de <i>hedge</i> (i)	-	(87.346)
Despesas financeiras - contratos de arrendamento (iii)	(60.030)	(64.452)
Marcação a valor justo - objeto de <i>hedge</i> (i)	(70.742)	(13.571)
Ajuste a valor presente	(20)	-
Juros sobre provisão de contingências	(146)	-
Perdas por redução ao valor recuperável (Nota 7)	-	(676)
Outras	(92)	(392)
	<u>(499.579)</u>	<u>(519.728)</u>
Ganhos (perdas) com variação monetária e cambial (i)(ii)	<u>(557.524)</u>	<u>(64.889)</u>
Resultado financeiro	<u>(329.056)</u>	<u>(407.397)</u>

(i) O resultado líquido da operação de *hedge accounting* de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi uma perda de R\$ 23.521, composto por despesas de variação cambial de R\$ 559.036, despesas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 70.742, despesas de juros de R\$ 82.918 e receitas líquidas dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 689.175.

O resultado líquido da operação de *hedge accounting* de valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi uma perda de R\$ 75.259, composto por despesas de variação cambial de R\$ 40.454, despesas de marcação a mercado do objeto de *hedge* de R\$ 13.571, despesas de juros de R\$ 50.387 e receitas líquidas dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 29.153.

(ii) Representado pelos efeitos do custo financeiro dos arrendamentos e que foram registrados em linha com o CPC 06 (R2) / IFRS 16 (Nota 22), líquidos de R\$ 4.321 (2019 – R\$ 2.739) fruto da parcela do PIS e COFINS reconhecido no exercício e em linha com as instruções emanadas pela CVM.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

30 - Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

(a) Tributos diferidos sobre lucro

A Companhia efetua o reconhecimento do imposto diferido baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que forem consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros.

Composição dos tributos diferidos ativos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Perdas por redução ao valor recuperável	6.744	4.568
Provisão para processos judiciais	223	223
Ajuste a valor presente	5.190	5.194
Resultados não realizados – vendas <i>intercompany</i>	63.189	-
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i> (Nota 29)	-	715
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i> (Nota 29)	28.666	4.614
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	5.006
Participação nos resultados	14.937	15.473
Outras	2.052	3.547
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	<u>396.896</u>	<u>82.409</u>
Créditos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	<u>517.897</u>	<u>121.749</u>

A Companhia possui saldos de impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal (imposto de renda) e base de cálculo negativa (contribuição social). A Companhia possui expectativa de rentabilidade futura, com base em orçamento e plano de negócio aprovado pela Administração, de forma a substanciar a recuperabilidade deste ativo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 29.567 (2019 – R\$ 0), com relação a prejuízo fiscal sobre imposto de renda e base negativa da contribuição social, que poderão ser registrados e compensados com lucro tributável futuro.

A expectativa de realização dos créditos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	17.164
2021	25.563	1.692
2022	2.783	11.543
2023	46.705	34.385
2024	38.681	45.422
2025	99.122	10.543
2026	32.174	1.000
2027	37.559	-
2028	47.517	-
2029	65.241	-
2030	77.120	-
2031 em diante	<u>45.432</u>	<u>-</u>
	<u>517.897</u>	<u>121.749</u>

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição dos tributos diferidos passivos:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	(7.558)	-
Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa	(6.214)	(7.948)
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i> (Nota 29)	(228.948)	-
Outros	(4.716)	-
	<u>(247.436)</u>	<u>(7.948)</u>
Débitos fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos	(247.436)	(7.948)
Créditos (débitos) fiscais do imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos, líquidos	<u>270.461</u>	<u>113.801</u>

A expectativa de realização dos débitos ocorrerá da seguinte forma:

Ano	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
2020	-	(1.734)
2021	(2.127)	(1.734)
2022	(2.127)	(1.734)
2023	(120.608)	(1.734)
2024	(98.325)	(1.012)
2025	(16.023)	-
2026	(1.731)	-
2027	(1.706)	-
2028	(1.678)	-
2039	(1.647)	-
2030	(678)	-
2031 em diante	(786)	-
	<u>(247.436)</u>	<u>(7.948)</u>

Movimentação dos créditos diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Efeito no resultado</u>	<u>31/12/2020</u>
Perdas por redução ao valor recuperável	6.023	(1.455)	4.568	2.176	6.744
Provisão para processos judiciais	205	18	223	-	223
Ajuste a valor presente	4.853	341	5.194	(4)	5.190
Arrendamentos CPC 06 (R2) / IFRS 16	-	5.006	5.006	(12.564)	(7.558)
Resultados não realizados – vendas <i>intercompany</i>	-	-	-	63.189	63.189
Ajuste valor justo – objeto de <i>hedge</i>	-	4.614	4.614	24.052	28.666
Instrumentos financeiros derivativos – <i>swap</i> – instrumentos de <i>hedge</i>	(26.007)	26.722	715	(229.663)	(228.948)
Participação nos resultados	8.081	7.392	15.473	(536)	14.937
Outras	23.794	(20.247)	3.547	(6.211)	(2.664)
Imposto devido sobre a realização do ganho de compra vantajosa	(8.193)	245	(7.948)	1.734	(6.214)
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido	34.220	48.189	82.409	314.487	396.896
	<u>42.976</u>	<u>70.825(i)</u>	<u>113.801</u>	<u>156.660</u>	<u>270.461</u>

(i) No exercício de 2019, o resultado foi sensibilizado por R\$ 6.454 de outros ajustes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não reconheceu ativos de impostos de R\$ 29.567 (2019 – R\$ 0), com relação a prejuízo fiscal sobre imposto de renda e base negativa da contribuição social, que poderão ser registrados e compensados com lucro tributável futuro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado - Nota 5)
Prejuízo antes dos tributos sobre o lucro	(46.048)	(2.978)
Imposto de renda e contribuição social correntes - alíquota - 34%	15.657	1.013
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:		
Programa de alimentação do trabalhador (PAT), Lei Rouanet e outros	972	-
Multas não dedutíveis	(6)	-
Despesas não dedutíveis	(177)	(366)
Resultado não realizado no grupo - CPC 06 (R2) / IFRS 16	(11.013)	-
Perdas de recebíveis não cobráveis	(2.146)	(1.233)
Custos com baixa de ativos	(2.937)	(2.814)
Diferença de bases imposto de renda e contribuição social (ILP)	584	584
Equivalência patrimonial	78.165	86.424
Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto diferido foi reconhecido	(29.567)	-
Outras	376	(6.329)
	34.251	76.266
Tributos sobre o lucro	49.908	77.279
Alíquota efetiva	(107,30%)	(2.595,00%)

(i) A Companhia optou por migrar do regime de tributação anual para o trimestral no 4º trimestre de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, os efeitos fiscais relativo aos efeitos de remensuração de obrigações de benefícios pós-emprego (Nota 25(b)), reflexos da controlada Ultrafértil e relativos aos outros resultados abrangentes montam em (R\$ 700) (2019 – R\$ 4.093).

31 - Informação por segmento de negócios

As informações reportadas ao Conselho de Administração (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho dos segmentos se concentram nas estruturas das operações de concessões ferroviárias, concessão de portos e multimodalidade, sendo que a Companhia possui exposição somente ao segmento de multimodalidade.

32 - Benefícios a empregados

32.1 - Incentivos de longo prazo

Os programas de incentivo de longo prazo do Grupo tem como principal premissa aumentar a capacidade de atração e retenção dos nossos executivos. A duração do programa (ciclo) é de três anos, sendo que o último iniciou-se em 1º de março de 2019, podendo ser estendido por mais três anos, se o executivo optar por aguardar pela valorização da Companhia neste período. Os programas atualmente em vigor no Grupo são:

Matching: é um programa facultativo que tem como premissa estimular o comprometimento dos executivos com a estratégia da sociedade, alinhando os interesses e criando valor para o negócio. Em linhas gerais, o programa é baseado na aquisição de “ações virtuais” a partir do investimento do executivo e na contrapartida (*matching*) da empresa com base na opção de adesão ao programa. O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das “ações virtuais” adquiridas pelo empregado e da contrapartida da empresa, ambos são calculados com base no preço de concessão da ação virtual versus o preço de resgate após o *vesting*. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Phantom: é um programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar de acordo com o crescimento da empresa. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de opções de “ações virtuais” condicionado à metodologia *expected growth* (expectativa de crescimento). O prêmio é resultante da valorização (*spread*) das opções de “ações virtuais” entre o preço de concessão versus o preço de resgate após o vesting. Caso não exista valorização, não haverá pagamento do prêmio. A duração é de 6 anos a partir da outorga que ocorre anualmente, sendo que o resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos e até o termo no 6º ano.

Retention: é um programa de Remuneração Variável de Longo Prazo, compulsório e sem necessidade de investimento por parte do executivo, que tem como premissa remunerar talentos estratégicos que contribuíram na constituição da empresa. Em linhas gerais, o programa é baseado na concessão de “ações virtuais” sendo que o prêmio é calculado com base no preço da ação no momento do resgate após o vesting. A duração é de 3 anos a partir da outorga que ocorreu em 2019, sendo que é um aditivo ao programa outorgado em 2014. O resgate é integral após o cumprimento do *vesting* de 3 anos.

A implementação deste programa não obriga a VLI a realizá-lo nos próximos anos, ou em qualquer outro formato semelhante, ficando reservada à Companhia a prerrogativa de analisar e decidir pela eventual implementação de premiações iguais ou semelhantes no futuro.

O executivo, ao aderir aos programas, deverá escolher a opção de investimento, em número de salários, específica para o seu nível hierárquico. O valor investido pelo executivo e a contrapartida efetuada pela Companhia, em percentual conforme a opção de investimento, são convertidos em ações virtuais denominadas de UVVs. A valoração das UVVs se dará a partir do crescimento do plano de negócios do Grupo. A mensuração do valor da UVV se dará sempre ao final de cada ciclo contábil, considerando o período de validade do plano.

Em 31 de dezembro de 2020, os incentivos de longo prazo montam a R\$ 14.502 (2019 - R\$ 14.726).

32.2 - Planos de Previdência Privada

(a) Plano de Benefício

A Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social (“Valia”), entidade jurídica de fins não lucrativos, instituída em 1973, tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados que participam ou venham a participar do plano. O plano oferecido (Vale Mais) tem característica de contribuição variável, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte, aposentadoria por invalidez e auxílio doença).

Os planos foram elaborados tendo por base os mais modernos conceitos no âmbito da previdência complementar de benefícios programáveis, que são do tipo contribuição definida desvinculados da concessão de benefícios da Previdência Social. Contempla também o benefício diferido por desligamento (“*Vesting*”), que permite ao participante manter-se vinculado ao plano sem que sejam necessárias contribuições futuras, além dos chamados benefícios de risco (aposentadoria por invalidez e pensão por morte).

Outra vantagem é, em caso de desligamento da Fundação, a devolução da totalidade das contribuições do participante e até 80% das contribuições da patrocinadora, acrescidas da rentabilidade dos investimentos. Este plano foi implementado em outubro de 2000 e para ele migraram quase todos os empregados então ativos da Companhia.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios da Vale Mais, são como seguem:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Contribuição ordinária - Destina-se à acumulação dos recursos necessários à concessão dos benefícios de renda, é idêntica à contribuição dos participantes e limita-se a 9% dos seus salários de participação, no que exceder a dez unidades de referência do plano.
- Contribuição extraordinária - Pode ser realizada a qualquer tempo, a critério das patrocinadoras.
- Contribuição normal - Para custeio do plano de risco e das despesas administrativas, fixadas pelo atuário quando da elaboração das avaliações atuariais.
- Contribuição especial - Destinada a cobrir qualquer compromisso especial porventura existente.

(b) Contribuições

No exercício de 2020, a Companhia contribuiu para os planos de contribuição Vale Mais e Valiaprev com montantes de R\$ 6.487 (2019 - R\$ 6.157).

A Companhia não registrou em seu balanço patrimonial nenhum ativo decorrente de avaliações atuariais anteriores, por não haver, claramente, evidência de probabilidade de sua realização.

A Companhia é participante e responsável pela cobertura proporcional de qualquer insuficiência nas reservas técnicas da Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social - VALIA. Não foram apuradas contribuições para formação de reservas técnicas a serem efetuadas pela Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(c) Reconciliações

Reconciliação do valor justo do ativo do plano	31/12/2020	31/12/2019
Valor justo do ativo do plano no final do exercício anterior	48.075	71.809
Juros sobre o valor justo do ativo do plano	3.052	6.635
Fluxos de caixa – contribuição paga pela empresa	5.992	4.575
Fluxos de caixa – benefícios pagos pelo plano	(2.415)	(1.745)
Redimensionamento do valor justo do plano – rendimento de juros	4.880	(33.199)
Valor justo do ativo do plano no final do exercício	59.584	48.075
Reconciliação do benefício definido	31/12/2020	31/12/2019
Obrigação de benefício definido no final do exercício anterior	(5.649)	(5.593)
Custo do serviço corrente	(337)	(396)
Custo dos juros	(357)	(517)
Benefícios pagos pelo plano	2.415	1.745
Efeito da alteração de premissas financeiras/demográficas	13.098	1.578
Efeito da experiência do plano	(15.052)	(2.466)
Obrigação de benefício definido ao final do exercício	(5.882)	(5.649)
Reconciliação do valor líquido de (passivo) / ativo	31/12/2020	31/12/2019
Valor líquido do passivo de benefício definido no final do exercício anterior	42.426	66.216
Custo da obrigação de benefício definido incluído no resultado da empresa	2.358	5.722
Resultado obrigação do benefício definido – outros resultados abrangentes	2.926	(34.087)
Contribuição patrocinadora / pago pela empresa	5.992	4.575
Valor líquido do (passivo) / ativo de benefício definido ao final do exercício	53.702	42.426

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Reconciliação do asset ceiling	31/12/2020	31/12/2019
Saldo no início do exercício	42.426	66.216
Receita de juros	3.052	6.635
Mudanças no teto do ativo	8.224	(30.425)
Saldo no final do exercício	53.702	42.426

Valor reconhecido no balanço patrimonial	31/12/2020	31/12/2019
Valor presente dos ativos atuariais	(5.882)	(5.649)
Valor justo dos ativos	59.584	48.075
Efeito do limite do <i>asset ceiling</i>	(53.702)	(42.426)
Passivo reconhecido no balanço	-	-

(d) Análise de sensibilidade

Análise de sensibilidade nas hipóteses	31/12/2020	31/12/2019
1. Taxa nominal de desconto - 1,0% - R\$ Premissa da análise	5.979,90 5,84%	5.597,83 6%
2. Taxa nominal de desconto +1,0% - R\$ Premissa da análise	5.901,28 5,84%	5.660,23 7%

Fluxos de caixa esperados para o próximo ano em R\$	31/12/2020	31/12/2019
1. Contribuição esperada a ser paga pela empresa	6.593,41	5.995,66
2. Contribuição esperada da empresa para direito reembolsável	-	-
3. Previsão de pagamentos de benefícios do plano		
Ano 1	1.242,95	1.123,36
Ano 2	1.181,78	1.017,73
Ano 3	1.091,04	1.015,51
Ano 4	1.076,69	872,05
Ano 5	1.030,18	861,20
Próximos 5 anos	3.847,41	3.737,97

Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	31/12/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto	6,87%	6,35%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,34%	5,43%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,27%	3,36%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,27%	3,36%

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Média ponderada de premissas para determinar o custo / (receita) do benefício definido	31/12/2020	31/12/2019
Taxa nominal de desconto	6,35%	9,24%
Taxa nominal de crescimento salarial	5,43%	6,20%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,36%	4,12%
Taxa nominal de reajuste de benefícios	3,36%	4,12%
Tábua de mortalidade	AT-2000 Basic – Suav. 10%	AT-2000 Basic – Suav. 10%
Expectativa de vida esperada para aposentadoria aos 65 anos		
Aposentadoria hoje (idade atual 65 anos)	20,4468	20,4468
Aposentadoria daqui a 25 anos (idade atual 40 anos)	42,6958	42,6958

(e) Ativos por categoria

Planos superavitários – Valemais	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia
Renda fixa	43.597	34.086	Níveis 1 e 2
Renda variável	8.148	7.613	Níveis 1 e 2
Estruturado	3.894	3.397	Nível 3
Exterior	903	528	Nível 3
Imobiliário	1.356	1.152	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	1.690	1.301	Nível 3
Total dos investimentos	59.588	48.077	
Valores a pagar / receber	(5)	(2)	-
Total dos recursos garantidores	59.583	48.075	

33 - Instrumentos financeiros

33.1 - Gerenciamento dos riscos financeiros

A área de Tesouraria Corporativa presta serviços para empresas do Grupo, coordena o acesso aos mercados financeiros nacionais e internacionais, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações por meio de relatórios internos que analisam as exposições por grau e importância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (incluindo o risco cambial e o risco de taxa de juros), o risco de crédito e risco de liquidez. Os riscos de mercado referente a preço e demanda são monitorados e administrados por equipes dedicadas de Inteligência Comercial (Mercado), Precificação e Suprimentos. Por sua vez, os riscos operacionais são monitorados e administrados por equipe própria de Seguros, mediante Programa de Gerenciamento de Riscos.

O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos usando instrumentos financeiros derivativos para proteger contra essas exposições ao risco. O uso de derivativos financeiros é regido pelas políticas do Grupo aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios escritos relacionados ao risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de crédito, o uso de derivativos financeiros, instrumentos financeiros não derivativos e o investimento da liquidez excedente. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pelos auditores internos continuamente. O Grupo não contrata ou negocia instrumentos financeiros, incluindo instrumentos financeiros derivativos, para fins especulativos.

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Importações em andamento	Previsão de fluxos de caixa	<i>Swaps</i> cambiais e NDFs
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	<i>Swaps</i> de taxa de juros
	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis e aplicações financeiras	Análise de sensibilidade	
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
	derivativos,	Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras e clientes</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Orientações de investimento em instrumentos de dívida Linhas de crédito disponíveis
	Liquidez das aplicações financeiras	Análise da carência e vencimento das aplicações financeiras	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings de instituições financeiras</i>

(a) Risco de mercado

(i) Risco de preço e demanda

Considerando a natureza dos negócios e operações do Grupo, os principais fatores de risco de mercado aos quais a Companhia está exposta são preços de produtos, insumos e outros custos, bem como fatores climáticos relativos aos impactos nas safras.

O aumento dos custos de produção, de transporte e queda do preço das *commodities* transportadas podem influenciar a competitividade brasileira no mercado mundial. Da mesma forma, a variação nos fatores climáticos podem impactar negativamente o resultado de safras da agroindústria e consequentemente impactando em grande quantidade o volume de demanda dos clientes.

(ii) Risco cambial

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio que aumentem valores relacionados às importações de estoque e imobilizado e para tal, é política do Grupo identificar e mitigar os riscos financeiros decorrentes da contratação das operações financeiras e dos fluxos (pagamentos e recebimentos) em moeda estrangeira e, com foco na redução da volatilidade do fluxo de caixa e preservação patrimonial.

O Risco Cambial é monitorado através da análise das obrigações em moeda estrangeira (ativa e/ou passiva) registradas no Grupo, tais como captações em moeda estrangeira, importações e eventuais projeção de vendas para clientes *offshore*.

É facultada ao Grupo a possibilidade de contratar obrigações em moeda estrangeira pelo prazo de até 24 meses e limitadas ao valor individual ou agregado de USD 40 milhões. As obrigações em moeda estrangeira podem ser contratadas por qualquer empresa do Grupo, sendo certo que o somatório de todas as obrigações contratadas não poderá ultrapassar USD 40 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na avaliação de novos projetos de investimento o risco cambial e possíveis mitigadores, quando existentes, serão analisados no processo decisório de investimento

Para qualquer obrigação de prazo superior a 24 meses ou em valor individual ou agregado superior a USD 40 milhões, o Grupo deve buscar proteção junto ao mercado financeiro através de operações de *hedge accounting*.

A Companhia contrata *swaps* cambiais e de taxa de juros com termos críticos que são similares ao item protegido, como taxa de referência, datas de redefinição, datas de pagamento, vencimentos e valor de referência. A Companhia aplica *hedge accounting* de valor justo (Nota 33.2) a 100% dos empréstimos no exterior e, portanto, o item protegido é identificado como uma proporção dos empréstimos em aberto até o valor de referência dos *swaps*. Como houve correspondência de todos os termos essenciais durante o ano, a relação econômica foi 100% eficaz.

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos *swaps*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de câmbio; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

É prática da Companhia contratar instrumentos financeiros derivativos (NDFs – *Non-deliverable forwards*) (Nota 33.2) para gerir o risco de câmbio associado às transações de importação identificadas e em andamento. Esta proteção não se qualifica como *hedge accounting* e portanto, as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em resultados financeiros.

Estas operações não possuem inefetividade, uma vez que a contratação das NDFs se dá casada com a data de liquidação dos contratos de câmbio atrelados as importações já em andamento.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de câmbio

A Companhia está principalmente exposto ao dólar (USD), dólar australiano (AUD), Euro (EUR) e Renminbi chinês (CNY).

A tabela a seguir descreve a sensibilidade da Companhia a uma variação de 20% e 35% em comparação a moedas estrangeiras relevantes, além do cenário provável que está embasado nas cotações cambiais futuras na data de vencimento das posições. A análise de sensibilidade inclui somente os itens monetários expressos em moeda estrangeira em circulação e ajusta sua conversão no final do exercício. A análise de sensibilidade inclui adiantamentos de importação e fornecedores.

	Saldo em 31/12/2020	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Fornecedores	(2.954)	(2.905)	(3.545)	(3.988)
	(2.954)	(2.905)	(3.545)	(3.988)
Efeito líquido no resultado		49	(591)	(1.034)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Saldo em 31/12/2019	Cenário provável	Variação de +/- 20%	Variação de +/- 35%
Adiantamentos a fornecedores	1.487	1.505	1.784	2.007
Fornecedores	(255)	(258)	(306)	(344)
	1.232	1.247	1.478	1.663
Efeito líquido no resultado		15	246	431

Taxas de conversão:

	USD	AUD	EUR	CNY
Exercício findo em 31/12/2020	5,1961	4,0124	6,3756	0,7944
Exercício findo em 31/12/2019	4,0301	2,8307	4,529	0,5788

O cenário provável utiliza taxas de câmbio das expectativas de mercado divulgadas em cada data base, para o prazo médio de vencimento das obrigações.

Na opinião da Administração, a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio inerente porque o exercício e a exposição não refletem a exposição durante o exercício.

(iii) Riscos do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros porque aplica recursos atrelados ao CDI e tem obrigações atreladas ao (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR). O risco é gerido pelo Grupo mantendo um mix adequado entre empréstimos a taxas fixas e variáveis, e através do uso de contratos de *swap* de taxa de juros. As atividades de *hedge* são avaliadas regularmente para fins de alinhamento com as taxas de juros e o apetite de risco determinado, garantindo a aplicação das estratégias de custo de *hedge* mais eficazes.

O risco a indexadores é monitorado através da análise da sensibilidade sobre a receita financeira com aplicações financeiras e das despesas financeiras com endividamento contratado, mensurado trimestralmente.

A análise de sensibilidade apresenta quatro cenários, sendo um cenário real do período e três cenários adicionais.

O cálculo dos três cenários de sensibilidade deverá ser realizado aplicando os fatores simulados abaixo sobre a receita e despesas financeiras realizadas no período:

Receita financeira com aplicações (CDI):

- Cenário real: CDI corrente (final do período analisado) e Receita Financeira apurada;
- Cenário I: 90% do CDI corrente e receita financeira projetada (-10%);
- Cenário II: 80% do CDI corrente e receita financeira projetada (-20%);
- Cenário III: 65% do CDI corrente e receita financeira projetada (-35%).

Despesas financeiras com empréstimos e financiamentos (CDI, IPCA, TJLP/TLP e TR):

- Cenário real: Indexador corrente e despesa financeira apurada;
- Cenário I: 110% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+10%);
- Cenário II: 120% do indexador corrente e Despesa financeira projetada (+20%);
- Cenário III: 135% do CDI indexador e despesa financeira projetada (+35%).

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Exceto pelas aplicações financeiras (Nota 6), contas a pagar (Nota 18), empréstimos e financiamentos (Nota 19) e as obrigações de arrendamento (Nota 22), não há ativos e passivos significativos com incidência de juros.

O Grupo também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 16). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão. Ademais, as dívidas no exterior, além de terem seu componente de variação cambial em *swap*, também tem suas exposição de juros em LIBOR em *swap* para CDI (Nota 33.2).

Nessas relações de *hedge*, as principais fontes de ineficácia são:

- efeito do próprio risco de crédito do Grupo e das contrapartes sobre o valor justo dos contratos de *swap*, o que não é refletido na mudança no valor justo dos fluxos de caixa objeto de *hedge* atribuíveis à mudança nas taxas de juros; e
- mudanças no momento de realização das operações objeto de *hedge*.

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros

Ativos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre receita financeira gerada por investimentos, rentabilizados pelo indexador CDI.

Os cenários I, II e III foram calculados com deterioração de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2020.

31/12/2020				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	1,90%	1,71%	1,52%	1,24%
31/12/2020				
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	34.540	31.148	27.687	22.496
31/12/2019				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
CDI	4,40%	3,96%	3,52%	2,86%
31/12/2019				
	Cenário I	Cenário II	Cenário III	
Receita de aplicações financeiras – efeito potencial no resultado	59.870	56.542	50.259	40.836

Passivos financeiros

Análise de sensibilidade elaborada sobre empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto no final do período, com risco vinculado a indexadores pós-fixados (CDI, TJLP, IPCA e TR). Financiamentos com juros pré-fixados não fazem parte desta análise.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os cenários I, II e III foram calculados com aumento de 10%, 20% e 35%, respectivamente, sobre o valor destas taxas em 31 de dezembro de 2020.

31/12/2020				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	4,55%	5,01%	5,46%	6,14%
TR (i)	0,00%	0,10%	0,20%	0,35%
IPCA	4,52%	4,97%	5,42%	6,10%
CDI	1,90%	2,09%	2,28%	2,57%

(i) Como a TR está em 0,00%, em um cenário de estresse o Grupo considerou as taxas de 0,10%, 0,20% e 0,35%.

	31/12/2020	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	53.555	58.910	64.266	72.299
Encargos Financeiros - TR	9.586	10.544	11.503	12.941
Encargos Financeiros - IPCA	20.336	22.370	24.404	27.454
Encargos Financeiros - CDI	210.189	231.208	252.227	283.756

31/12/2019				
Indexador	Taxas ao final do exercício	Cenário I	Cenário II	Cenário III
TJLP	6,26%	6,89%	7,51%	8,45%
TR	0,00%	0,10%	0,20%	0,35%
IPCA	3,37%	3,71%	4,04%	4,55%
CDI	6,40%	7,04%	7,68%	8,64%

	31/12/2019	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Encargos Financeiros - TJLP	88.877	97.764	106.652	119.983
Encargos Financeiros - TR	6.873	7.561	8.248	9.279
Encargos Financeiros - IPCA	35.162	38.678	42.194	47.468
Encargos Financeiros - CDI	74.059	81.465	88.871	99.980

Análise de sensibilidade das variações na relação de *hedge accounting*

A análise de sensibilidade do instrumento e objeto de *hedge* levou em consideração:

- Sensibilização PTAX de 31/12 de acordo com cada cenário da sensibilidade;
- Sensibilização do cupom cambial frente aos movimentos do CDI x PRÉ em fator de 32%, uma vez constatada a correção das curvas: Isto é, a cada 10% de movimentação no Dólar temos 3,2% da variação do CDI explicada;
- Sensibilização dos vértices da curva do CDI no fator de 32% da magnitude do efeito inicial aplicado no dólar.

	Saldo em 31/12/2020	Varição de +/- 10%	Varição de +/- 20%	Varição de +/- 35%
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i> - instrumento de <i>hedge</i>	697.629	961.456	1.225.287	1.621.043
Empréstimos no exterior - objeto de <i>hedge</i>	(2.573.115)	(2.836.806)	(3.099.813)	(3.494.324)
	(1.875.486)	(1.875.350)	(1.874.526)	(1.873.281)
Efeito líquido no resultado		136	960	2.205

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma**(b) Risco de crédito**

A fim de minimizar o risco de crédito, o Grupo adotou a política de negociar apenas com contrapartes que possuem capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência.

O risco de crédito é administrado corporativamente e decorre de depósitos e aplicações em instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber de clientes em aberto.

Os trabalhos de avaliação de risco de crédito comercial e concessão de limite de crédito são executados utilizando-se de processo de análise de risco de crédito e tendo como referência, sobretudo, as informações fornecidas pelos clientes, agências de proteção ao crédito e agências de *rating*.

As variáveis selecionadas como “Positivas” para a aprovação de limite de crédito são:

- O tempo de mercado da empresa solicitante de crédito e a sua reputação;
- Elevada pontualidade de pagamento e classificação de baixo risco nas principais agências de proteção ao crédito;
- Elevada classificação de risco de crédito pelas agências de *ratings*, quando disponíveis;
- Boa classificação dos principais indicadores de liquidez, endividamento e rentabilidade do negócio do cliente (constantes nos dados contábeis do cliente, já devidamente auditados, sempre que disponíveis);
- Disponibilidade de oferecer garantias complementares ao processo.

As variáveis selecionadas como “Negativas” para a aprovação do limite de crédito são:

- A presença de apontamentos restritivos considerados elevados, tanto em quantidade, quanto em montantes individuais. Esta verificação deverá ser feita não somente na empresa solicitante do crédito, mas também nas empresas coligadas e nos sócios ou acionistas.
- Baixa pontualidade de pagamento junto ao Grupo;
- O não atendimento dos pré-requisitos mínimos de análise de risco de crédito para as variáveis consideradas “Positivas”.

A validade do limite de crédito de cada cliente será de até 365 dias contados a partir da sua aprovação e cadastro no sistema. Entretanto, é reservado à Gerência Geral Financeira o direito de atribuir prazo de validade inferior a 365 dias, conforme classificação de risco do cliente.

As atividades da Companhia compreendem a prestação de serviços de transporte ferroviário de carga geral.

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa (i)	752.293	1.219.266
Aplicações financeiras	-	12.450
Instrumentos financeiros derivativos	712.286	95.105
Contas a receber de terceiros (ii)	219.123	225.756
Contas a receber de partes relacionadas (ii)	832.430	130.817
	2.516.132	1.683.394

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O valor limite para aplicações financeiras em cada instituição financeira será determinado em função do *rating* e patrimônio líquido. Os limites são definidos conforme política financeira consolidada do Grupo, sendo conforme tabela abaixo:

Limite Máximo Consolidado

1. Classificação de risco para aplicações em Reais	2. Limite máximo de alocação do caixa por instituição financeira	3. Limite máximo de alocação do caixa por valor de patrimônio líquido da instituição financeira
Acima de brAA	45%	10%
Entre brAA- e brAA	30%	10%
Entre brA e brA+	20%	5%
brA-	5%	5%

- A coluna (1) tem como referências informações das agências de rating S&P, Moody's e Fitch.
- Os limites das colunas (2) e (3) devem ser atendidos simultaneamente.
- A coluna (3) indica o percentual máximo de concentração em única instituição financeira.

Não são permitidas as aplicações em:

- títulos pré-fixados de qualquer natureza;
 - títulos de emissão de empresas estatais não-financeiras;
 - renda variável, tais como ações ou fundo de ações;
 - títulos de emissão de empresas privadas sem garantia de instituição financeira;
 - títulos, fundos ou outros instrumentos que possam implicar em perda do principal investido.
- (ii) O principal fator de risco de crédito que afeta o negócio é a concessão de crédito aos clientes. Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência, é adotada uma política de gestão na concessão de crédito, consistindo em análises do perfil dos clientes. Deve-se destacar que a prestação de serviços, pelas características dos produtos transportados e dispersão de clientes, não apresentam concentrações relevantes, existindo natural diluição de riscos de realização de contas a receber de clientes com consequente minimização de perdas individuais.

Do saldo de contas a receber de clientes no final do exercício, R\$ 729.768 (2019 – R\$ 70.275) é devido pela Ferrovia Norte Sul – FNS e Vale S.A., respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia constituiu perdas por redução ao valor recuperável com contas a receber no montante de R\$ 19.837 (2019 - R\$ 13.436). A metodologia adotada para constituir a estimativa de perdas para liquidação duvidosa está de acordo com o IFRS 9 citado na base de preparação e principais políticas (Nota 4(g)).

(c) Risco de liquidez

A gestão de fluxo de caixa do Grupo está embasado em política interna e contempla:

- Elaboração de fluxo de caixa individual por empresa e consolidado em base mensal com horizonte de 24 meses, considerando os cenários pessimista, conservador e moderado, que serão derivados de diferentes previsões de geração de caixa operacional;
- Reportar mensalmente para o comitê financeiro atualizações do fluxo de caixa e seus respectivos cenários, observando eventuais riscos de quebra de *covenant*, refinanciamento e caixa mínimo;
- Caso sejam identificadas alterações estruturais nas premissas de caixa com impacto negativo nos níveis de liquidez a Diretoria Executiva irá apresentar ao Conselho de Administração:
 - Análise do impacto no fluxo de caixa de curto e médio prazos em diferentes cenários;
 - Recomendação de ações corretivas de impacto imediato que podem contemplar interrupção temporária de pagamentos, revisão do plano de investimento e captação de recursos para reforçar o caixa do Grupo.

O Grupo deverá manter um saldo mínimo consolidado de caixa com o objetivo de evitar que as ocorrências de flutuações em sua geração operacional afetem sua capacidade de cumprir com suas obrigações. O cálculo acompanha metodologia calculada anualmente durante o ciclo orçamentário e submetido para aprovação pelo Conselho de Administração, juntamente com a aprovação do orçamento, sendo composto por:

- Obrigações operacionais e financeiras de curto prazo;
- Composição de saldo reserva para aquisição de intangível;
- Investimentos correntes essenciais à manutenção das operações do Grupo;
- Investimentos de capital não financiados, equivalente a 30% do total de investimento de capital.

Por ser resultado de um processo dinâmico, os saldos de caixa mínimo definidos para cada exercício social poderão ser revistos nos seguintes casos:

- Alterações adversas no mercado doméstico e/ou internacional com potencial de impacto nas premissas de receita ou custo utilizadas no ciclo orçamentário;
- Alterações no plano de negócio do Grupo, incluindo aquelas relacionadas ao plano de investimentos, com impacto no caixa de curto prazo;
- Decisões jurídicas e/ou fiscais desfavoráveis com potencial de consumo substancial de caixa no curto ou médio prazo;
- Alterações adversas no mercado de crédito que impacte o plano de financiamento proposto para o exercício.

Caso se verifique a impossibilidade de cumprimento do caixa mínimo tal fato deve ser comunicado pelo Diretor Financeiro ao Conselho para alinhamento sobre a definição de um novo patamar de caixa mínimo para o respectivo exercício social em conjunto com as ações mitigadoras.

O risco de liquidez surge da possibilidade de não poder cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez do mercado.

O quadro abaixo demonstra o vencimento dos passivos financeiros e obrigações de arrendamento contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros futuros incidentes nas operações e considerando os vencimentos contratuais, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2020:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2021	2022	2023	2024	2025	2026 em diante	Total
Empréstimos, financiamentos e debêntures	1.083.814	1.024.291	1.674.378	1.938.396	816.413	152.790	6.690.082
Arrendamentos	52.857	53.901	50.361	35.453	16.552	104.961	314.085
Fornecedores	328.089	-	-	-	-	-	328.089
Contas a pagar	981	-	-	-	-	-	981
Dividendos a pagar	101.184	-	-	-	-	-	101.184

Os passivos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão classificados no passivo circulante e não circulante considerando os prazos de vencimento.

A dívida líquida do Grupo é composta pelos empréstimos, financiamentos e debêntures, deduzidos do caixa e equivalentes de caixa e dos instrumentos financeiros derivativos, líquidos.

	31/12/2020	31/12/2019
Empréstimos, financiamentos e debêntures	7.383.623	6.581.728
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(752.293)	(1.219.266)
(-) Instrumentos financeiros derivativos, líquidos (Nota 33.2)	(712.286)	(36.811)
Dívida líquida	5.919.044	5.325.651
	80,16%	80,92%

(d) Risco operacional

A VLI S.A. possui programa de gerenciamento de riscos, que proporciona cobertura e proteção para os seus ativos, bem como para possíveis perdas com interrupção de produção, através de apólices do tipo *All Risks*.

Modalidade	Cobertura	Data de cobertura	Valores em milhares
Responsabilidade civil operador portuário	<i>All risk</i>	31/12/2021	R\$ 50.000
Riscos operacionais	<i>All risk</i>	31/12/2021	R\$ 300.000
Transporte internacional e importação	<i>All risk</i>	31/01/2022	USD 8.000
Vida em grupo	Empregados, cônjuges e filhos	01/07/2021	24 x Salário Base
Vida em grupo	Estagiários	01/07/2021	R\$ 13
Riscos ambientais	<i>All risk</i>	30/09/2021	R\$ 50.000
EPL – Práticas trabalhistas indevidas	<i>All risk</i>	30/06/2021	R\$ 10.000

(e) Gestão de capital

O Grupo gerencia seu capital com o intuito de garantir a continuidade normal dos negócios das entidades do Grupo de forma a proporcionar o máximo de retorno aos seus acionistas por meio da otimização da sua estrutura de dívida e capital. A estratégia geral do Grupo permanece inalterada desde 2019.

O Grupo não está sujeito a nenhuma exigência externa sobre o capital.

A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A gestão de capital da Companhia é realizada no contexto do Grupo. A origem de recursos se baseia em capital próprio, não havendo a captação de recursos de terceiros.

O passivo, líquido de caixa e equivalentes de caixa, em relação ao patrimônio líquido no final do exercício é apresentado a seguir.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2020	31/12/2019 (Reapresentado – Nota 5)
Total passivo	8.293.192	8.004.047
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(752.293)	(1.219.266)
	7.540.899	6.784.781
Patrimônio líquido	8.769.570	8.764.692
	85,99%	77,41%

33.2 – Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos e financeiros de *hedge* e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de *hedge* são classificados como "valor justo por meio do resultado" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A política financeira da Companhia veda a contratação de qualquer instrumento financeiro derivativo para fins de especulação.

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo classificado como instrumento de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses.

Swaps – *hedge* de valor justo

A Companhia possui empréstimos indexados ao dólar (Nota 19). Esses instrumentos foram protegidos da variação da taxa de câmbio e dos juros em LIBOR por meio de instrumentos financeiros derivativos (*swap*), trocando a variação da taxa de câmbio e sua remuneração contratual por juros indexados a percentuais do CDI. A contratação e o gerenciamento do instrumento de *swap* foram feitos através de análise para proteção do risco cambial.

Desta forma, as eventuais perdas por variações cambiais decorrentes deste empréstimo são mitigadas pelos efeitos do *hedge*.

A Companhia também possui debêntures indexadas ao IPCA (Nota 19). A captação de R\$ 120.000 realizada em setembro de 2019 teve seu indexador trocado para o CDI através da contratação de instrumento derivativo (*swap*) no momento de sua emissão.

Valor justo

	Indexadores	31/12/2020	31/12/2019
Swap – Câmbio			
Ativo - ponta ativa	USD + 2,11%, USD + 3,94% e Libor + 1,7%	2.630.072	1.990.414
Passivo - ponta passiva	(110,30% CDI a 111,7% CDI - Swap)	(1.932.443)	(1.956.898)
		697.629	33.516
Swap – Juros			
Ativo - ponta ativa	IPCA + 3,3121%	137.576	127.790
Passivo - ponta passiva	(107,1% CDI - Swap)	(122.919)	(124.495)
		14.657	3.295
Instrumentos financeiros derivativos ativos		712.286	95.105
Instrumentos financeiros derivativos passivos		-	(58.294)
Saldo ativo, líquido		712.286	36.811

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Abertura dos contratos

USD milhares	31/12/2020		Contratação	Vencimento
	Ponta ativa swap	Notional Empréstimo no exterior		
Tranche 2	100.000	(100.000)	06/06/2018	06/06/2023
Tranche 3	50.000	(50.000)	27/06/2018	27/06/2023
Tranche 4	100.000	(100.000)	01/03/2019	01/03/2024
Tranches 1 e 5 (i)	96.675	(96.675)	20/09/2019	27/03/2023
Tranche 6	30.000	(30.000)	13/11/2019	15/07/2025
Tranche 7	58.000	(58.000)	19/11/2019	19/11/2024
Tranche 8	42.000	(42.000)	05/12/2019	05/12/2024
Saldo – Exposição cambial	476.675	(476.675)		

(i) Tranche 1 foi objeto de rolagem no 3º trimestre de 2019, tendo o vencimento original de 14 de dezembro de 2020 sido postergado para 27 de março de 2023.

	31/12/2020		Contratação	Vencimento
	Ponta ativa swap	Empréstimo no exterior		
Debêntures	120.000	(120.000)	16/08/2019	15/08/2025
Saldo – Exposição de juros	120.000	(120.000)		

33.3 - Estimativa de valor justo

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros são determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas e não divergem significativamente dos saldos contábeis. O uso de diferentes premissas de mercado e/ou metodologias de estimativa poderiam causar um efeito diferente nos valores estimados de mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia não possuía instrumentos financeiros cujo valor justo tenha sido mensurado pelo nível 1 e 3.

Informações (inputs) de Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações (inputs) de Nível 2

Informações (inputs) que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

O valor justo dos ativos e passivos que não são negociados em mercados ativos determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo de um ativo ou passivo puderem ser observadas no mercado, ele estará incluído no Nível 2.

As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem:

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- O valor justo dos empréstimos no exterior e respectivos *swaps* cambiais e de taxa de juros, que são objeto de *hedge accounting* de valor justo, são calculados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, estimados com base em taxas referenciais de juros e cupom cambial observáveis na B3 (“Brasil Bolsa e Balcão”).
- O valor justo das dos empréstimos, financiamentos e das debêntures é realizado considerando-se os níveis atualizados de custo de captação com montantes e contrapartes similares.

Informações (*inputs*) de Nível 3

Dados não observáveis para o ativo ou passivo.

Instrumentos financeiros por categoria e valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Ativo	Valor contábil		Valor justo		Hierarquia
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	752.293	1.219.266	752.293	1.219.266	-
Aplicações financeiras	-	12.450	-	12.450	-
Contas a receber de terceiros	219.123	225.756	219.123	225.756	-
Contas a receber de partes relacionadas	832.430	130.817	832.430	130.817	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	260.000	230.000	260.000	230.000	-
Dividendos a receber	419.597	390.492	419.597	390.492	-
	2.483.443	2.208.781	2.483.443	2.208.781	
Valor justo					
Instrumentos financeiros derivativos	712.286	95.105	712.286	95.105	Nível 2
	712.286	95.105	712.286	95.105	
Passivo					
Custo amortizado					
Fornecedores - terceiros	122.179	155.699	122.179	155.699	-
Contas a pagar	981	2.703	981	2.703	-
Fornecedores - partes relacionadas	205.910	128.766	205.910	128.766	-
Dividendos a pagar	101.184	109.588	101.184	109.588	-
Empréstimos e financiamentos	4.465.795	4.010.054	4.162.081	4.066.333	Nível 2
Debêntures	207.449	493.699	205.734	476.814	Nível 2
	5.103.498	4.900.509	4.798.069	4.939.903	
Valor justo					
Empréstimos no exterior	2.573.115	1.950.661	2.573.115	1.950.661	Nível 2
Debêntures	137.264	127.314	137.264	127.314	Nível 2
Instrumentos financeiros derivativos	-	58.294	-	58.294	Nível 2
	2.710.379	2.136.269	2.710.379	2.136.269	

34 – Impactos COVID-19

Pandemia do coronavírus (Covid-19) e seus impactos

Inicialmente detectado no continente asiático em dezembro de 2019, o agente denominado coronavírus, causador da doença COVID-19, teve seu primeiro foco epidemiológico na China, espalhando-se rapidamente pela região e, posteriormente, por todo o globo, consistente em linhagem de vírus altamente contagioso, com transmissão pelo ar ou contato físico, causador de síndrome infecciosa respiratória. Os quadros clínicos conhecidos até o momento decorrentes da doença podem variar de pacientes assintomáticos até infecções graves que afetam diversos sistemas do corpo humano, especialmente o respiratório.

Considerando a disseminação global do vírus, em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou a existência de pandemia em virtude da COVID-19.

No Brasil os primeiros casos foram oficialmente detectados em fevereiro de 2020, evoluindo vertiginosamente deste então, tendo o congresso nacional através do Decreto Legislativo nº 6 de 2020, reconhecido o estado de calamidade pública em todo território nacional.

Como medida de combate à expansão acelerada da doença e proteção aos sistemas de saúde públicos e privados, governos estaduais e municipais aplicaram medidas de promoção ao isolamento social e restrição à circulação de pessoas, voltadas principalmente à fechamento total ou parcial de diversos setores da economia.

Tal cenário provou reflexos socioeconômicos ainda não completamente delimitados, porém, já traduzidos na redução drástica da atividade econômica dos grandes centros urbanos e do consumo em geral vivenciados nos meses de março e abril de 2020, com conseqüente redução de postos de trabalho e queda na arrecadação de tributos aos diversos entes federativos.

O Governo Federal, através de Decreto Presidencial, determinou as atividades consideradas essenciais a serem executadas durante a pandemia pela COVID-19. Entre elas, estão o atendimento serviços de transporte, armazenamento, entrega e logística de cargas em geral. Desta forma, a Companhia permanece operando normalmente, exceto pela implementação de novos protocolos de segurança e trabalho. Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente suas operações.

A Companhia informa que até a data de divulgação de suas Demonstrações Financeiras, não foram identificados impactos ou efeitos relevantes às suas operações vinculados à pandemia causada pela COVID-19, sobretudo em virtude da continuidade das atividades do Grupo e dos seus clientes, principalmente no segmento agrícola, grãos, açúcar e celulose.

A despeito da expectativa de queda no crescimento e de recessão em alguns segmentos empresariais, resultante da suspensão de certos negócios e atividades, a Companhia, tendo como uma de suas principais atividades o transporte de alimentos, combustíveis e outros produtos essenciais para o Brasil e para outros países do mundo, tem tido sucesso em manter suas operações e fluxos financeiros estáveis ao longo da crise. A segmentação da Companhia e seu portfólio de produtos logísticos com grande exposição às exportações de grãos, aliado à recente valorização do dólar, também foram responsáveis por amenizar os efeitos da crise recente.

No contexto supracitado, a Companhia também avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da COVID-19, conforme segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Perdas de crédito esperadas

As safras de grãos recordes apuradas em 2020, bem como a vigorosa valorização do dólar frente ao real, são fatores que não indicam incremento relevante na avaliação de risco de crédito dos nossos principais clientes. Ademais, a retomada dos mercados asiático e europeu no cenário pós-COVID-19, grandes consumidores de *commodities* agrícolas, é um fator responsável por manter expectativas favoráveis pertinentes ao crescimento das operações de exportações.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros – *impairment*

A Companhia está monitorando os eventos decorrentes do COVID 19, de forma a avaliar a necessidade de realizar novas análises de recuperabilidade de seus ativos imobilizados e intangíveis no próximo período de reporte. As análises realizadas até a data de aprovação desta demonstração não indicaram a necessidade de registro de provisão para *impairment* de ativos não financeiros (imobilizado e intangível).

(iii) Recuperação dos tributos diferidos ativos

As operações da Companhia permanecem estáveis, em função da sua segmentação de negócio, safra recorde de grãos e valorização do dólar frente ao real. Ademais, não se vislumbram impactos duradouros decorrentes da COVID-19 nos exercícios futuros capazes de impactar os negócios da Companhia. Neste sentido, mantidas as perspectivas de receita, não há impactos relevantes na capacidade de se realizar os tributos diferidos no curto e longo prazo.

(iv) Liquidez

A Companhia opera no contexto do Grupo, que possui concessões de ferrovias e portos e neste sentido, as captações de recursos são feitas de forma centralizada. Sempre que necessário o Grupo realiza aportes de recursos nas suas empresas controladas.

O Grupo apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para sua operação. No entanto, uma expectativa de impactos econômicos causados pela redução das atividades empresariais decorrentes das restrições impostas durante a pandemia do COVID-19, podendo vir gerar efeitos subsequentes nas operações, o que não se confirma até a data desta publicação.

A Administração vem monitorando a liquidez financeira do Grupo e das situações específicas de cada uma das empresas do Grupo, com ações de antecipações de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa usando o auxílio de medidas do governo federal e demais instituições setoriais. O Grupo aderiu ao programa de suspensão de pagamentos promovido pelo BNDES, tendo sido economizados no exercício de 2020 e em função desta medida, R\$ 216 milhões, e tomando ações necessárias em nossas operações como a redução de custos e postergação de investimentos com o objetivo de garantir o cumprimento das obrigações financeiras.

Consideração final

A Administração, ciente do seu papel social, está redobrando esforços e cuidados visando a manutenção das operações logísticas indispensáveis à nossa sociedade, sem prejuízo do cumprimento das instruções de segurança sanitárias divulgadas pelo Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.

A Administração permanece também focada na proteção incondicional da saúde de seus colaboradores e prestadores de serviço, executando medidas para promoção do isolamento social, digitalização dos processos, redução máxima do contato físico e incremento dos procedimentos de higienização pessoal e dos locais de trabalho.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Administração segue atenta à evolução da pandemia nos cenários doméstico e internacional com intuito de avaliar potenciais impactos futuros.

35 – Eventos subsequentes

A VLI Multimodal S.A. concluiu em dezembro de 2020 a assinatura de captação de recursos no montante de R\$ 527 milhões (USD 100 milhões), com maturação do principal em dezembro de 2025, pagamentos de juros semestral e pela taxa de Libor + 1,60%. Os valores foram embolsados em janeiro de 2021.

Seguindo as políticas de gestão de tesouraria e risco da VLI, a referida dívida terá seus fluxos lastreados a contratação de instrumentos financeiros derivativos para conferir a proteção necessária a variação cambial e dos juros. A taxa acordada é de CDI + 1,445%.

VLI MULTIMODAL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Administração e Diretores

Diretoria

Ernesto Peres Pousada Jr.

Diretor Presidente

Fabício Rezende Oliveira

Diretor

Sebastião Fernando da Costa Furquim

Diretor

Gustavo Serrão Chaves

Diretor

Fábio Tadeu Marchiori Gama

Diretor

Márcia Mara Chaves Resende

Gerente de Contabilidade - CRC-MG 078483/O-8